

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 2, Número 1, Maio de 2013

Dossiê Primavera Árabe

Democracia Árabe ou Revolução Islâmica?

Hillel Fradkin

Não Haverá uma Revolução Islâmica

Olivier Roy

Dossiê China

**Reforma de Cima para Baixo ou
Revolução de Baixo para Cima?**

Cheng Li

Autoritarismo e Contestação

Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He

**O Putinismo sob Cerco:
Implosão, Atrofia ou Revolução?**

Lilia Shevtsova

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Global Translations

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão (coord.)

Isadora Feitoza de Carvalho

Gabriela Gasparotto Souza

Apresentação

Egito, China e Rússia têm ocupado espaço crescente do noticiário internacional pela emergência de movimentos de contestação à ordem política estabelecida. No Egito, a contestação se transformou em revolta popular e resultou em mudança de governo e do regime político. Não é claro, todavia, dado o alto nível de instabilidade, quais serão as características – se mais ou menos democráticas – da nova ordem política em formação no maior país muçulmano do mundo árabe, peça-chave no complexo tabuleiro geopolítico do Oriente Médio. Na China e na Rússia, o cenário é outro. Nesses países, a ordem política estabelecida demonstra maior capacidade de reprimir e absorver os movimentos de contestação. Ainda assim, a incerteza política e o risco de instabilidade cresceram nas duas potências, ambas com assento no Conselho de Segurança da ONU e com relevância geopolítica global.

Os dois artigos que abrem esta edição apresentam visões contrapostas sobre os desdobramentos das “revoluções” no mundo árabe, em geral, e no Egito, em particular. Hillel Fradkin, do *think tank* conservador Hudson Institute, argumenta que está em curso uma revolução islâmica no Egito. Por trás de um discurso moderado e de adaptações táticas às circunstâncias, a Irmandade Muçulmana, principal força política do país, à qual pertence o presidente eleito, Mohamed Morsi, não teria abandonado o objetivo último de estabelecer um Estado islâmico. Esse propósito coincidiria com a aspiração do Egito “profundo”. A liderança da Irmandade Muçulmana e a maioria eleitoral islâmica condenariam as minorias urbanas, liberais e seculares a derrotas sucessivas até a eliminação de qualquer vestígio de democracia no país. O espectro do Irã ronda o Egito, na visão de Fradkin. As consequências para a região e para o mundo seriam funestas.

Olivier Roy, do European University Institute, discorda frontalmente. Em resposta a Fradkin, critica-o pela obsessão com uma suposta essência ideológica imutável da Irmandade Muçulmana. Que ela não é liberal e fará o que estiver ao seu alcance para manter e expandir o poder conquistado nas urnas, Roy não discute. Assim como não descarta que o Egito retroceda para um regime autocrático. Mas o novo regime não será expressão do islamismo radical. Um governo não democrático da Irmandade – se vier a existir— será social e culturalmente conservador, mas não revolucionário. O espectro do Irã não ronda o Egito. Ali, não há clero revolucionário coeso, líder carismático como foi o aiatolá Khomeini, organizações paramilitares capazes de se contrapor às Forças Armadas. Nem o Estado teocrático temido por Fradkin, nem necessariamente a democracia sonhada pelos jovens da Praça Tahrir. Para Roy, o futuro previsível do Egito se situará em algum lugar entre esses dois modelos.

O outro par de artigos desta edição é antes complementar do que antagonico entre si. “Reforma de cima para baixo ou revolução de baixo para cima”, de Cheng Li, da Brookings Institution, e “Autoritarismo e Contestação”, de Zhenhua Su *et alli*, professor da Universidade de Zhejiang, dão sequência ao “dossiê” sobre a China, iniciado no número anterior. Ambos colocam em xeque a tese de que o Estado e o Partido Comunista da China são invulneráveis aos impactos das transformações socioeconômicas em curso no país. Assinalam que a tese da invulnerabilidade do regime subestima não apenas os seus conflitos internos em torno da agenda de reformas, mas também a insatisfação social com o enorme poder monopolizado pelo partido, desgastado por sucessivos casos de corrupção e pela gestão desastrosa de crises sociais ou ambientais localizadas, mas frequentes. Os autores se referem ao número crescente de “incidentes de massa” (expressão oficial para protestos coletivos). A resposta do regime tem sido essencialmente repressiva. Os gastos com a manutenção da “estabilidade social” aumentaram a ponto de

equiparar-se às despesas com a defesa externa do país, afirmam. Seria insustentável a tentativa de encapsular repressivamente uma sociedade cada vez mais urbanizada, dinâmica e insatisfeita com a concentração de poder, riqueza e privilégios nas mãos da burocracia estatal e partidária, e de empresários com conexões especiais com os donos do poder. A questão que se coloca, para os autores, é se o medo de uma explosão social generalizada será suficiente para que a nova liderança chinesa se arrisque a fazer reformas que reduzam os privilégios do Estado e do Partido Comunista e ampliem a autonomia econômica e política da sociedade chinesa.

A perda de apoio social de regimes não democráticos é tema também do artigo que fecha esta edição. Sob a liderança de Vladimir Putin, se estabeleceu na Rússia um regime de poder crescentemente autoritário e personalista, a despeito da realização de eleições e da manutenção de um sistema pluripartidário. Em “O Putinismo sob Cerco: implosão, atrofiação ou revolução?”, Lilia Shevtsova, do Centro Carnegie, de Moscou, descreve as características e analisa as causas do “Movimento de Dezembro”, a onda de protestos deflagrada ao final de 2011 depois que o partido de Putin conquistou a maioria parlamentar em eleições consideradas fraudulentas. Os protagonistas dos protestos foram membros da classe média dos principais centros urbanos do país, em geral mais jovens e mais instruídos que a média da população. A fraude eleitoral foi a gota d’água em um copo cheio de frustrações com as promessas de modernização política. Com Putin reeleito à presidência, em março de 2012, os protestos refluíram, não apenas pela ampla vitória eleitoral do líder russo, mas também pelas próprias dificuldades de organização e unificação do heterogêneo “Movimento de Dezembro”. Shevtsova, todavia, argumenta que as causas profundas dos protestos continuam presentes. A autora descrê da capacidade de auto-reforma do sistema de poder organizado por Putin. Reconhece, porém, que ele se assenta, por ora, em pilares suficientemente fortes para sustentá-lo: os interesses do complexo militar-industrial e de

energia, o nacionalismo russo e a apreensão dos governos ocidentais que preferem uma Rússia estável, ainda que não democrática, a uma Rússia em vias de mudanças imprevisíveis.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê Primavera Árabe

DEMOCRACIA ÁRABE OU REVOLUÇÃO ISLÂMICA?*

Hillel Fradkin

Hillel Fradkin é pesquisador sênior do Hudson Institute e diretor de seu Centro sobre Islã, Democracia e o Futuro do Mundo Muçulmano. Ele também é fundador e coeditor da revista Current Trends in Islamist Ideology (Tendências Atuais da Ideologia Islamita), do mesmo Instituto.

Em seu artigo *The Transformation of the Arab World* (“A Transformação do Mundo Árabe”), na edição de julho de 2012 do *Journal of Democracy*, Olivier Roy oferece uma interpretação abrangente da “Primavera Árabe” e de seu potencial de condução à democracia. De um modo geral, ele apresenta uma visão positiva sobre o resultado final dos acontecimentos atuais, embora apresente advertências a partir da perspectiva da democracia liberal ocidental. Ele sugere que os novos regimes árabes serão realmente democráticos, mas não necessariamente seculares nem liberais. Não obstante, argumenta que haverá uma tendência em direção a um tipo de secularização – uma “secularização política” do papel da religião. Mesmo que isso não produza uma ordem simplesmente liberal, seus efeitos poderão ser considerados quase liberais, desde que a agenda política não seja conduzida por

*Publicado originalmente como “Arab Democracy or Islamist Revolution?”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

uma ordem religiosa monolítica: “A religião não irá determinar como a política deverá ser, mas ela própria será reduzida à política”.

Essa, obviamente, é uma afirmação de peso. Ainda que as revoltas árabes tenham sido iniciadas por manifestantes “que exigiam dignidade, eleições, democracia, um bom governo e direitos humanos” – o que, com razão, se pode chamar de uma agenda secular, liberal e democrática –, eles não foram os principais beneficiários das eleições que se seguiram. Na verdade, como Roy corretamente observa, eles nem sequer tentaram ganhar essas eleições: “Eles simplesmente queriam estabelecer um novo cenário político”. Em vez disso, os beneficiários das eleições, especialmente no Egito, foram os partidos islâmicos. Mas esses partidos são portadores da tradição islamita e de seu projeto básico de construir um Estado islâmico no qual a religião, de fato, para usarmos as palavras de Roy, “determinará como a política deveria ser”. Por esse motivo, parece justo perguntar se o futuro poderá trazer não a democratização, mas sim um processo pelo qual os islamitas irão buscar e alcançar “sua suposta ‘agenda oculta’ de criar um Estado islâmico”.

A resposta de Roy a essa pergunta é um enfático não. Os islamitas foram “incapazes de estabelecer um modelo bem sucedido de Estado islâmico”. Além disso, “suas ambições utópicas mostraram-se incompatíveis com as realidades social, política e também geoestratégica existentes”. Como Roy nos lembra, ele destacou pela primeira vez “o fracasso do islamismo político” cerca de vinte anos atrás. Porém, essa consistência esconde uma diferença e até mesmo uma contradição. Duas décadas atrás, seus argumentos para proclamar que o islamismo político foi um fracasso foram sua incapacidade de assumir o poder onde quer que fosse e uma expectativa de nunca consegui-lo. Mas, agora, o islamismo assumiu o poder – pelo menos formalmente – no maior e mais importante Estado árabe.

O paradoxo é aparentemente resolvido pela visão de que a “concepção utópica dos islamitas de ‘um Estado islâmico’ perdeu credi-

bilidade”. Por ser “utópico”, estava condenado de qualquer forma. Entretanto, inúmeros questionamentos ganham força: aos olhos de quem, precisamente, o Estado islâmico perdeu credibilidade – aos olhos da Irmandade Muçulmana, cujo sucesso político chegou agora a seu ápice desde sua fundação em 1928? A Irmandade abandonou a visão histórica de seu fundador Hassan al-Banna? Ou, se ela ainda se mantém fiel a essa visão, será realmente forçada a abandoná-la diante das dificuldades criadas dentro do novo cenário político produzido pelos levantes árabes? Qual será o resultado da interação entre suas ambições e suas necessidades?

O ponto de vista de Roy pode ser resumido na sua conclusão de que “algo irreversível” ocorreu durante esses levantes: “Estamos testemunhando o início de um processo pelo qual a democratização está se enraizando nas sociedades árabes”. Em defesa de sua tese, Roy oferece vários argumentos, tanto políticos como sociológicos. Esses conjuntos de argumentos são interessantes, mas ambos também estão expostos a sérias dúvidas e dificuldades.

O Argumento Político

Embora Roy apoie-se mais em argumentos sociológicos, é apropriado começar pelos argumentos políticos e focar o caso do Egito e sua Irmandade Muçulmana. Há várias razões para isso: a controvérsia sobre o caráter e as perspectivas da “democracia árabe” permanecem sendo essencialmente questões políticas; o projeto islamita, com seu objetivo de criar um “Estado islâmico”, sempre demonstrou uma preocupação abrangente com a política; e o Egito irá oferecer o teste mais imediato e importante sobre a possibilidade desse projeto vir a se concretizar.

O argumento de Roy sustenta-se em três ideias principais. Primeiro, as circunstâncias em que a Irmandade e outros grupos islâmicos, como os salafistas, chegaram ao poder os colocaram “em um espaço

político moldado por certas dificuldades”. Em segundo lugar, os islamitas estão cientes de sua situação e se submeteram ou se submeterão a ela: “os islamitas mudaram, ou pelo menos entenderam que o mundo mudou”. Eles sabem que no comportamento apropriado “está sua única chance de permanecerem no centro da vida política”. Por fim, se eles não “aceitarem as exigências do processo de democratização [...] eles serão marginalizados”. Logo, queiram, ou não, os islamitas, a democratização triunfará.

É possível que, eventualmente, tudo isso venha a se concretizar. Todavia, no momento, a evidência política está fortemente voltada para uma direção diferente. Com certeza, a Irmandade encontrou obstáculos à realização de sua vontade. Mas, até agora, ela também tem mostrado uma capacidade excepcional de superá-los e de alcançar o sucesso político.

Como muitos outros, Roy esperava que um dos mais sérios obstáculos fosse o Exército. Outro constrangimento seria o descontentamento com a liderança entre os membros mais jovens da Irmandade e um terceiro seria imposto pelos desertores da Irmandade, que, fazendo alianças com outras forças políticas (tanto islamitas, como secularistas), poderiam prejudicar o grupo nas eleições presidenciais.

Durante meses, as coisas pareciam estar caminhando nessa direção. A Irmandade venceu as eleições parlamentares no final de 2011 e início de 2012, podendo, portanto, dominar a Assembleia Constituinte encarregada de redigir uma nova constituição. Mas os tribunais egípcios derrubaram essas conquistas, dissolvendo tanto o Parlamento como a Assembleia Constituinte. Na véspera da eleição presidencial de junho de 2012, vencida por Mohamed Morsi, da Irmandade, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) privou a presidência de seus poderes por meio de “decretos constitucionais complementares” e delegou a si próprio não apenas os poderes executivos, mas também todos os poderes legislativos. No início da campanha presidencial, o candidato presidencial mais carismático da Irmandade, Khairat al-Shater, foi impedido de concorrer. Seu substituto Morsi – um pro-

fessor de engenharia que muitos consideravam como um “estepe” – enfrentou uma dura campanha. Morsi ganhou, mas por uma margem estreita. Muitos acharam que seu apoio popular era pequeno e ele parecia confirmar isso pelos gestos fracos e apreensivos após sua vitória. Segundo um ponto de vista comum, os militares tiveram sucesso ao dar um verdadeiro “golpe”. O Marechal Mohamed Hussein Tantawi, chefe do CSFA, gabou-se dizendo que “o Egito nunca cairá. Ele pertence a todos os egípcios e não a um grupo específico [...] as Forças Armadas não permitirão isso [...] As Forças Armadas não permitirão que ninguém, especialmente aqueles pressionados por pessoas de fora, desviem-nas de seu papel de protetora do Egito”.

A Irmandade Muçulmana parecia ter pouco poder no novo “cenário político”. Além disso, parecia que ela estava sendo levada a carregar a culpa por todos os inúmeros problemas do Egito. Mais adiante, seu poder poderia se enfraquecer ainda mais.

Todavia, dentro de seis semanas, Morsi conseguiu isolar o CSFA e manter o Exército sob controle com a nomeação em série de novos oficiais. Ao mesmo tempo, o CSFA decretou que pretendia enfraquecer Morsi e que a Irmandade havia passado para o seu lado. Na ausência do Parlamento, Morsi adquiriu todos os poderes legislativos. Desde então, ele tem usado esses e outros poderes da presidência para preencher cargos em ministérios cruciais, principalmente com pessoas que apoiavam seus posicionamentos. Logo, a Irmandade parece ter encenado o seu próprio golpe.

A análise de Roy de como a dinâmica política do Egito se desdobraria foi escrita antes da derrota do Exército pela Irmandade e, portanto, seria injusto argumentar que ele deixou de levar isso em conta. Além disso, o final dessa história política está longe de ser escrito.

Mas não é injusto questionar se é suspeita a visão geral que Roy teceu sobre o “cenário político” ou o “espaço político”. Roy afirma que “as convicções dos atores políticos muitas vezes desempenham

um papel menor na formação de suas políticas do que os obstáculos aos quais eles estão sujeitos”. Isso pode muito bem ser verdade em um ambiente político normal, onde fatores constitucionais e outras disposições bem definidas impõem limites à ação política. Mas, frequentemente, *não* é verdade em situações revolucionárias (embora, naturalmente, alguns obstáculos também existam em casos como esses). Entretanto, segundo Roy, essa é uma consideração irrelevante, pois “não há nenhuma dinâmica revolucionária nem ideológica” no Egito (como havia, por exemplo, no Irã em 1979) que não seja, talvez, a dinâmica revolucionária que criou o novo “espaço político”. “Será difícil simplesmente fechar esse novo espaço, porque o que lhe deu vida em primeiro lugar – uma geração jovem, experiente e ligada, e um espírito de protesto – ainda está lá”. Esses são os verdadeiros revolucionários, enquanto a Irmandade, que de algum modo abandonou suas ambições utópicas, será forçada a operar dentro dos parâmetros democráticos estabelecidos pelos jovens manifestantes.

Todavia, parece que agora há, de fato, uma “dinâmica revolucionária” além daquela iniciada com as primeiras manifestações, e, pelo menos no momento, a Irmandade a está conduzindo. Ainda que isso não fosse facilmente previsível, com certeza não é inédito no histórico das revoluções modernas desde a Revolução Francesa, em que inícios moderados serviram de base para o sucesso das forças mais radicais. Nem mesmo é verdade, como sugerido por Roy, que a Irmandade não tenha desempenhado um papel importante e até mesmo decisivo na revolução anti-Mubarak. É verdade que os Irmãos Muçulmanos não estavam nas ruas na primeira semana, talvez devido aos hábitos de cautela cultivados durante longos anos de opressão do governo. Mas a Irmandade rapidamente levou seus grandes grupos a liderarem os protestos de fevereiro de 2011 que causaram a queda de Mubarak. É improvável que Mubarak tivesse sido derrubado sem eles.

Em todos os eventos, não parece que os Irmãos – assim como outros revolucionários – tenham se sentido obrigados a simplesmente

aceitar o novo “espaço político” com todas as dificuldades que este poderia lhes impor. Ao invés disso, a Irmandade procurou moldar esse espaço novo de modo a se beneficiar dele. Assim como foi com os líderes revolucionários do passado, o sucesso dos líderes da Irmandade dependerá da maneira como eles entendem o terreno politicamente relevante, de sua inteligência em explorá-lo e quanto, em termos de recursos, eles podem utilizar. Até agora, parece que estão tendo sucesso.

Diferentemente de alguns membros da Irmandade, os altos dirigentes do grupo entenderam quão fraco o Exército realmente era. Na época do “golpe militar”, a Irmandade indicou que não aceitaria uma derrota. Jihad al-Haddad, um assessor próximo e porta-voz de Khairat al-Shater, declarou que a situação existente era um “tabuleiro de xadrez”. Haddad também disse a um repórter que a Irmandade “sempre esperou uma luta longa para conquistar o poder” e “havia se preparado para um processo de sete a dez anos”¹. Certamente, a Irmandade precisava de uma ocasião apropriada para agir contra o Exército. Quando tal ocasião se apresentou, a Irmandade não demorou a reconhecê-la na forma de um ataque terrorista a uma base militar no Sinai. Naquela época, o grupo havia avaliado também as outras forças políticas do país, inclusive as seculares, e entendido que elas também teriam de apoiar o contragolpe dos Irmãos.

Mas, se o Egito ainda está no meio de uma situação revolucionária, é muito importante dar atenção “às convicções dos atores políticos” (suas perspectivas ideológicas e revolucionárias), e não apenas “às dificuldades às quais eles estão sujeitos”. Se Roy não o faz, é por causa de sua premissa analítica, e não pelo fato da agenda da Irmandade (como ele ironicamente sugere) ser meramente “suposta” ou “oculta”. Não é nenhuma das duas coisas, e Roy sabe disso.

Shater Fala

Mesmo que a Irmandade tente manter ocultas as suas táticas, estamos muito bem informados sobre suas convicções. Além de sermos

capazes de estudar a longa tradição ideológica do movimento, podemos consultar diretamente as opiniões de Khairat al-Shater, que é amplamente reconhecido como o cérebro da estratégia e das operações atuais da Irmandade. Ele as expôs em um longo discurso em abril de 2011². Nele, deixou claro que, pelo menos para ele, aquilo que Roy chama de “concepção utópica de um ‘Estado islâmico’” não tinha perdido sua “credibilidade”. Além disso, Shater respondeu com clareza, ainda que implicitamente, as dúvidas levantadas por Roy e por outros sobre a relevância da visão e da estratégia da Irmandade. Devido ao sucesso do grupo, até hoje suas observações merecem uma atenção cuidadosa.

Shater rejeitou completamente qualquer noção de busca por uma nova visão, espírito ou caminho. Pelo contrário, ele insistiu que a abordagem da Irmandade havia se mostrado correta e sido empreendida para que fosse possível reformulá-la e adaptá-la às presentes circunstâncias. Ele reafirmou enfática e explicitamente a meta de Banna, descrita por ele como

a restauração do islamismo em sua concepção abrangente; a subjugação do povo a Deus; a instituição da religião de Deus; a islamização da vida e o fortalecimento da religião de Deus; a criação da Nahda [Renascimento] da Ummah [a comunidade muçulmana global] e sua civilização com base no islamismo.

Com igual ênfase, ele reafirmou a sabedoria do “método” de Banna e seu sucesso, sucesso este que, na visão de Shater, havia sido revelado, e não contestado, pelos eventos recentes. O método de Banna era “construir” em uma ordem progressiva, começando pelo “indivíduo muçulmano” e passando pela “família muçulmana, pela sociedade muçulmana, pelo governo islâmico, pelo Estado islâmico global até [eventualmente] atingir a condição de Ustathiya [superioridade ou autoridade] com esse Estado”. Shater viu esse processo, que já tinha feito muito para transformar a sociedade muçulmana, entrando evidentemente na sua fase seguinte, a do governo islâmico, exatamente como Banna havia previsto.

Do mesmo modo, o sucesso atual também justificou o instrumento que Banna havia criado para aplicar esse método – a saber, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos –, bem como seu modo de organização e operação. Esse instrumento se distinguiu pela cuidadosa organização hierárquica de seus vários subgrupos e pela rigorosa disciplina exercida por suas autoridades mais elevadas, o Guia Supremo e o Departamento de Orientação. Em consequência, a Irmandade foi capaz de prosseguir com sua missão de uma forma produtiva ao longo de muitos anos de extrema opressão. Nenhum outro grupo de muçulmanos foi igual a ela, nem teve um sucesso similar, não importando quão religiosos ou quão devotos aos objetivos gerais da Irmandade esses outros grupos possam ter sido. Foi por essa razão que a Irmandade estava bem preparada para a oportunidade atual.

Todos esses elementos – missão, método e organização – eram “constantes” e não “variáveis”, como Shater fervorosamente insistia. As constantes não estavam sujeitas à mudança, e nem mesmo precisavam estar, uma vez que eram derivadas do modelo mais alto e bem sucedido até agora: “o método do Profeta” (como Shater o chamava), oferecido por Maomé e por seus companheiros e primeiros sucessores. Seguindo esse modelo, a Irmandade criou membros individuais que eram “um Alcorão ambulante, cuja fé, devoção, maneiras, relações, comportamento, pensamentos e emoções eram idênticas ao islamismo que Maomé recebeu do Deus Todo Poderoso”. Além disso, ela aderiu firmemente à orientação de Umar ibn Al-Khattab, o segundo califa, que havia declarado, segundo Shater, que “não há religião sem uma Sociedade, nem Sociedade sem um Imã, nem Imã sem obediência”. Com base nisso, observou Shater, Umar foi o arquiteto da maior das primeiras conquistas muçulmanas e do Estado islâmico global que havia se prolongado por mil anos. A organização da Irmandade como uma sociedade – como a Sociedade – e sua disciplina haviam seguido o modelo de Umar e, como estava implícito, poderiam, assim, duplicar seu sucesso.

Mas, e quanto às “variáveis” que Shater reconheceu? Existiriam novas circunstâncias que pudessem ter exigido novos métodos e políticas na busca do que ele chamava de “trabalho da Irmandade” e que pudessem ter introduzido o elemento de “moderação” previsto por Roy e por outros? A resposta é sim, segundo Shater. A Irmandade estava reagindo a novas circunstâncias, formando, por exemplo, um partido político, o Partido da Liberdade e Justiça. A Irmandade nunca havia tido um partido antes, e o próprio Banna – por princípio – havia se oposto a tal movimento. Mas Shater enfatizou que essa e outras possíveis inovações eram inteiramente secundárias. Partidos políticos desse tipo eram de origem estrangeira, ocidental e não desfrutavam de nenhuma santidade específica. Em verdade, como instrumentos de conflito político, os partidos de estilo ocidental violam a unidade e a harmonia que são o objetivo da política muçulmana. Se eles passaram a ser úteis nas presentes circunstâncias, ótimo; caso contrário, eles poderiam e deveriam ser dispensados.

Mas, e quanto à possível “divergência entre os grupos”, especialmente entre os Irmãos mais jovens? Em seu discurso, Shater reconheceu e se esforçou para entender as preocupações e tentações dos jovens. Ele os alertou, no entanto, a se lembrarem de que eram inexperientes e de que estavam se tornando mais velhos sem o benefício das duras experiências sofridas por homens como ele próprio, que haviam passado muito tempo na prisão e sofrido outras grandes injustiças. Para a ala jovem do grupo, seria importante olhar para o futuro e para qualquer evento relevante à luz do princípio de disciplina da Irmandade. O grupo podia e cogitou um debate sobre as “variáveis”. Mas esse debate foi resolvido por meio de seus órgãos superiores e, quando as decisões eram tomadas, elas se tornavam obrigatórias. Isso era uma “constante”. E, de fato, ocorreram pouquíssimas deserções entre os Irmãos jovens, apesar das previsões de Roy e de outros.

A visão de Shater, como diz Roy, é utópica e, portanto, está propensa a falhar mais cedo ou mais tarde. Mas, com certeza, faz dife-

rença ser mais cedo ou mais tarde, como aprendemos pelas histórias dos movimentos utópicos europeus, como o comunismo e o nazismo, ou como a República Islâmica do Irã de Khomeini. Roy vê o regime iraniano como se ele estivesse num terreno instável, e, na verdade, ele está. A República Islâmica enfrenta agora contradições ideológicas internas, bem como o descontentamento público, podendo estar a caminho do colapso. Mas ela continua de pé depois de mais de trinta anos. Quanto tempo a revolução egípcia levaria para atingir seus objetivos e com quais consequências?

O Argumento Sociológico

A análise sociológica de Roy pode ser considerada, em parte, como uma resposta a esses problemas. Ele parece confiante de que a democratização colocará um fim à revolução em breve. Segundo Roy, novas forças estão em ação na sociedade árabe – as quais, presumivelmente, não existiam no Irã (uma afirmação bastante duvidosa) – e serão uma barreira mais poderosa para o projeto islamita do que os obstáculos políticos. Em parte, esses são o resultado dos efeitos da modernização sobre a sociedade árabe (nesse contexto, Roy menciona o impacto da educação universitária moderna sobre os jovens). Mas, em alguma medida, elas também são o resultado paradoxal da influência, durante os últimos 30 anos, do próprio projeto islamita: a rebelião contra a modernidade, o “retorno do sagrado” e a “re-islamização da vida diária”.

A modernização abalou o “modelo patriarcal” e enfraqueceu o “sistema autoritário hierárquico de transmissão do conhecimento”, especialmente para os jovens. Em consequência, os jovens são mais individualistas e menos suscetíveis à “influência das ideologias holísticas, sejam islamitas ou nacionalistas” e ao “apelo dos líderes carismáticos”.

A história da modernização pode parecer refutada pelo “retorno do sagrado”, mas a contradição é apenas aparente. O sagrado retornou

não na forma de uma restauração da tradição autoritária, mas sim de uma mistura de movimentos religiosos disputando a adesão dos jovens. O resultado é um aumento repentino não da religião, mas sim da “religiosidade”. As ligações que ela gera são fundamentalmente uma expressão da preferência individual, um tipo de aproximação da consciência individual que levou os cristãos e os demais a adotarem uma religião dentro das sociedades liberais. Os jovens muçulmanos árabes estão se tornando parecidos com indivíduos modernos, mesmo sem ciência disso. Politicamente falando, isso significa que nenhum projeto religioso uniforme pode prevalecer: “A religião não vai determinar como a política deverá ser, mas ela própria será reduzida à política”.

A evidência dessa conclusão é necessariamente preliminar, mas, mesmo assim, é altamente dúbia. Há muito tempo, tem sido corretamente observado que o movimento islamita tende a prejudicar uma grande parte da tradição muçulmana e “patriarcal”: desse e de outros modos, ele é “moderno”. Mas também é verdade que essa quebra da tradição era, desde o início, a intenção e o orgulho do movimento islamita, com seu apelo ao modelo dos Salaf As-Salah (os ancestrais virtuosos) – isto é, o verdadeiro ancestral. Além disso, sociologicamente falando, tem sido claro ao longo dos últimos 30 anos que muitos jovens do mundo muçulmano (e, muitas vezes, os mais instruídos dentre eles) aderiram ao movimento islamita como um refúgio aos encargos do individualismo moderno, e não como um caminho para a manifestação individual. Talvez os universitários egípcios que foram atraídos pela Irmandade e se sentiram abençoados pelos serviços que ela prestava sofriam daquilo que marxistas costumavam chamar de “falsa consciência”, enquanto que um desdobramento da dialética sociológica produzirá os resultados que Roy prevê. Mas isso ainda está para ser visto.

Roy também apela para a experiência europeia mais antiga e mais longa em relação ao estabelecimento de uma solução para a questão da religião e da política e, em particular, do surgimento da tolerância reli-

giosa como um princípio da vida política. Seguindo Roy, “a tolerância religiosa não foi o fruto do liberalismo e do Iluminismo. Pelo contrário, ela foi o produto de tréguas rancorosas em guerras selvagens da religião [...] A política desempenhou um papel maior do que a filosofia ou a teologia”. Nesse contexto, ele invoca a Guerra dos Trinta Anos, a fundação dos Estados Unidos e outros episódios da história ocidental moderna, e sugere que há uma analogia entre essa experiência e as atuais tendências do mundo árabe.

Mas o relato de Roy sobre a experiência ocidental se esquece de alguns elementos cruciais. Certamente é verdade que a moderna solução ocidental para a questão da religião e da política não parte diretamente do reino das ideias para a política, tendo sido mediada por experiências dolorosas e sangrentas. Mas também é verdade que, quando esse sofrimento produziu uma abertura para novas opiniões, estas últimas estavam disponíveis, precisamente porque o terreno havia sido preparado pelas obras de filosofia e teologia. Além disso, novas doutrinas de tolerância religiosa fizeram um extenso uso (talvez dissimuladamente, não obstante bem sucedido) das noções de “consciência individual” decorrentes do pensamento cristão, uma abordagem que está menos prontamente disponível em um contexto muçulmano. De qualquer modo, os únicos protagonistas da “teologia” ou do pensamento político no mundo árabe da atualidade são a Irmandade e os demais islâmicas. Como Roy observa, “há alguns pensadores religiosos reformistas que são elogiados aqui e ali no Ocidente, mas nenhum jamais teve muito apelo popular em nenhum país árabe”. Roy parece pensar que essa deficiência será resolvida pela absorção de noções modernas que alcançaram o *status* de moeda global. Talvez; mas como no passado, isso exigirá a superação da objeção – que, nos mundos árabe e muçulmano, é muito grave – de que essas noções são de origem externa.

A analogia de Roy com a história do Ocidente tampouco tem implicações positivas para a sociedade árabe no curto prazo. Pois, se essa analogia é precisa, ela indica que a sociedade árabe deverá passar,

primeiro, por um angustiante período de conflitos religiosos e políticos. A revolução islâmica, à medida que avança, poderá muito bem promover esse conflito com um amplo alcance. Roy aparentemente desconsidera isso com base na interpretação segundo a qual o islamismo político é um fracasso, que ele nunca poderá estabelecer o Estado islâmico e que a impossibilidade de seus objetivos será rapidamente evidenciada. Mas isso é para se ter uma visão mais serena da política revolucionária utópica. Quando os trotskistas e outros atacaram os comunistas soviéticos por deixarem de “atender ao ideal comunista”, os soviéticos ofereceram um “comunismo realmente existente” como justificativa e continuaram com seu governo sangrento de 70 anos no poder. Como Roy observa, os salafistas e outros islamitas mais extremistas podem atacar os Irmãos por não avançarem a todo vapor para criar o Estado islâmico “ideal”. Todavia, a Irmandade certamente será capaz de responder que seu projeto é um “trabalho em andamento”. Fazer com que esse argumento seja aceito dependerá de sua habilidade política.

É claro que a sociedade árabe poderá experimentar uma dose de política religiosa tão angustiante e prolongada que os árabes irão finalmente retornar para a “democratização” prevista por Roy. Mas essa não é exatamente uma perspectiva atraente para aqueles que atualmente vivem em países árabes ou para outros povos que devem lidar com as consequências internacionais da prolongada guerra religiosa no Oriente Médio.

— 31 de outubro de 2012

NOTAS

1. A citação do “tabuleiro de xadrez” de Haddad é de “Egypt’s Military Softens Tone as Vote Count Favors Islamist”, por David Kirkpatrick, *New York Times*, 18 de junho de 2012. As referências de Haddad a uma “longa luta” de sete a dez anos constam de “On Eve of Vote, Egypt’s Military Extends Its Power”, de David Kirkpatrick, *New York Times*, 15 de junho de 2012.

2. Todas as citações de Shater são do artigo “Tradução: Khairat al-Shater sobre o Crescimento da Irmandade Muçulmana”, *Current Trends in Islamist Ideology* 13 (2012): 127–57, disponível na página www.currenttrends.org/research/detail/khairat-al-shater-on-the-nahda-project-complete-translation.

Dossiê Primavera Árabe

NÃO HAVERÁ UMA REVOLUÇÃO ISLÂMICA*

Olivier Roy

Olivier Roy é professor do European University Institute, em Florença. Ele é o mais recente coeditor de “Arab Society in Revolt: The West’s Mediterranean Challenge” (2012). Seu artigo “The Transformation of the Arab World” foi publicado na edição de julho de 2012 do Journal of Democracy.

Hillel Fradkin resumiu muito corretamente minha análise antes de criticá-la. Portanto, além do detalhe bastante relevante sobre o que significa a “falha do islamismo político”, não há qualquer mal entendido entre nós, mas sim uma diferença decisiva de abordagem e perspectiva. Fradkin está preocupado com o que constitui a essência da Irmandade Muçulmana (IM) como um movimento ideológico, enquanto eu me concentro em como os Irmãos Muçulmanos – como atores políticos e sociais – são moldados pelo contexto político, social e religioso no qual se encontram atualmente.

O principal argumento de Fradkin é que minha tese sobre a relutante entrada dos islamitas no processo democrático é camuflada por uma “dinâmica revolucionária” que está se desdobrando depois de alguns meses de moderação e cautela; ele salienta o fato de que a IM tem uma

*Publicado originalmente como “There Will BE No Islamist Revolution”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

marca ideológica bem definida que tenta implementar apesar de sua contenção tática. Minha opinião é que não existe essa “dinâmica revolucionária” e que a IM não é mais um movimento revolucionário, mas sim um movimento conservador. Os Irmãos Muçulmanos certamente não são liberais e estão exultantes por seu repentino acesso ao poder depois de sete décadas desejando-o em vão. Eles podem tentar estabelecer um Estado autoritário, mas isso seria conservador e bastante pró-ocidental – mais ao estilo de Mubarak do que ao de Khomeini – e enfrentariam uma forte oposição democrática. Eu sustento que 1) sua “ideologia” é mais uma narrativa emocional e vaga do que uma clara diretriz de governo, e irá afetar principalmente a censura e as questões de gênero; 2) nenhuma dinâmica de “revolução islâmica” está em curso no Egito ou na Tunísia; e 3) devido ao fato de que a própria sociedade tem se transformado em conjunto com o contexto geoestratégico, os islamitas são formados mais pela nova paisagem do que a formam.

O primeiro ponto é sobre a natureza dos Irmãos Muçulmanos e seus similares em outros países, como, por exemplo, o Partido Ennahda, da Tunísia. Fradkin chama a Irmandade de movimento ideológico “revolucionário”, como o nazismo ou o comunismo. Certamente, a IM concebeu o islamismo como uma ideologia política, em contraposição à abordagem puramente legal dos *ulamas*, que veem a implementação da *shari‘a* como o único critério para um Estado islâmico. Certamente, também, a IM sempre acreditou que o poder do Estado é o melhor instrumento para “re-islamizar” a sociedade e, por isso, tem se esforçado para chegar ao controle do Estado. Mas a IM é mais do que isso. É também uma irmandade religiosa e um movimento social profundamente arraigado na sociedade. Se o antigo regime do Egito tolerou a Irmandade por tanto tempo, é precisamente porque seus membros não estavam envolvidos em atividades revolucionárias, como o planejamento de um golpe armado, que era uma obsessão dos nazistas e comunistas na década de 1930 (os nazistas, com certeza, teriam tomado o poder se não tivessem ganhado as eleições tão rapidamente).

A IM, pelo contrário, sempre tentou negociar com o poder dominante e sempre lutou para participar politicamente, ao invés de contar com levantes armados: se grupos dissidentes, como o Gama‘at Islamiyya e a Jihad islâmica, recorreram à violência, foi em oposição à moderação da IM; 70 anos de política cautelosa dificilmente qualificam um movimento como revolucionário. Como o Partido Comunista francês em meados do século XX, a Irmandade se voltou à formação de um tipo de “contra-sociedade”. Mas, à medida que os Irmãos se aproximaram da nova classe média que se beneficiou da abertura econômica liderada pelo presidente Anwar al-Sadat (1970–81), eles se tornaram mais “aburguesados” e distantes da nova geração. Suas redes beneficentes foram moldadas por uma atitude paternalista e ficaram para trás, enquanto outros grupos (dos Salafistas aos sindicatos) assistiram ao ressurgimento da militância. A Primavera Árabe pegou os Irmãos de surpresa – um claro indicativo de que tinham abandonado qualquer esperança de um levante popular contra o regime. Após as manifestações, suas ações foram confusas e desajeitadas antes que determinassem sua linha política, a qual espero que se mantenha bastante flexível e oportunista, sem uma dimensão “revolucionária” ou altamente ideológica, embora não devamos esperar que se tornem democratas sinceros. Eles podem vir a usar instrumentos autoritários tradicionais, e não revolucionários, para permanecerem no poder: é por isso que, durante os protestos de novembro de 2012, os adversários de Morsi o chamaram de “o novo Faraó”, e não de “o novo Khomeini”.

O fato de que a IM não é um movimento “revolucionário”, mas sim um movimento religioso-conservador, reflete a sociedade bastante conservadora à qual pertence: o eleitorado da Irmandade certamente não é revolucionário, nem vai sair às ruas para exigir a implementação de um Estado islâmico. Para além da imposição de sinais religiosos claros – como, por exemplo, a obrigação do uso do véu e a proibição do álcool –, a IM não propôs nenhum plano para uma “nova sociedade” (e muito menos para uma nova economia). Em outras palavras, a

IM não tem nenhum grande plano geoestratégico, além de sua retórica geral sobre a solidariedade do *umma* muçulmano: isso ficou claro na sua moderação durante a crise de novembro de 2012 entre o Hamas e Israel.

Naturalmente, décadas de repressão e oposição tornaram a IM cautelosa e vingativa, e ela fará o que estiver ao seu alcance para assegurar o poder recentemente conquistado. Os Irmãos nomearão seus militantes e companheiros para cargos no governo, apoiarão a censura com base na “moralidade” e repelirão uma imprensa livre e independente. Nesse sentido, não são nada liberais. Acreditam que seu tempo é agora e não pretendem perdê-lo ou prejudicá-lo.

O Fracasso do Islamismo Político

A ideologia da Irmandade não oferece um roteiro para a sociedade islâmica perfeita, nem um guia para um bom governo. Isso foi o que chamei de “fracasso do islamismo político” – não a incapacidade dos islamitas de chegar ao poder. Eu nunca afirmei que os islamitas não chegariam ao poder, uma declaração que Fradkin erroneamente atribui a mim. Pelo contrário, eu disse que a dinâmica revolucionária nos países sunitas havia se esgotado e que o eleitorado ideológico dos islamitas (exceto em situações extraordinárias como na Argélia em 1992) é de somente cerca de 20%. Quando grupos islâmicos, como o AKP, da Turquia, conseguem ultrapassar esse patamar em épocas consideradas normais, é porque conseguiram atrair eleitores diferentes e mais diversificados – principalmente, eleitores conservadores ou nacionalistas, bem como os pobres e a crescente classe média não-secular. Logo, embora a Irmandade Muçulmana finalmente tenha podido chegar ao poder, foi à custa de sua própria ideologia: o “fracasso do islamismo político” não é o fracasso político dos islamitas; é o colapso do islamismo como ideologia política.

Em *The Failure of Political Islam* (1992), previ que a queda do impeto revolucionário do islamismo seria seguida por duas tendências:

1) haveria uma onda de “neofundamentalismo” que enfatizaria um retorno estrito às normas puramente religiosas (o apelo para a implementação da *shari‘a*), substituindo a agenda político-ideológica do islamismo (criando um Estado e instituições islâmicas, instalando uma “economia islâmica”, esforçando-se para formar uma *ummah* transnacional, e assim por diante). 2) Haveria um movimento em direção a uma “democracia muçulmana” (aos moldes de uma democracia cristã afirmativa) que endossa o nacionalismo e reforma as normas islâmicas como valores morais e culturais com apelo para um maior eleitorado conservador. É exatamente neste ponto que estamos hoje, e a Irmandade está dividida entre essas duas tendências.

Não obstante, é verdade que a Irmandade não pode abandonar a centralidade da religião em seu discurso sem perder sua marca registrada, sua identidade e sua legitimidade – especialmente em um contexto repleto de outros opositores que fazem reivindicações religiosas (Salafis, Sufis e as tradicionais instituições religiosas, como a al-Azhar). Para provar que a ideologia da IM permanece intacta, Fradkin cita intensamente Khairat al-Shater (o candidato original da Irmandade à eleição presidencial de 2012), que faz coro ao discurso tradicional do grupo, incluindo o dogma “o islamismo é a solução”. Naturalmente, há um “imaginário político” islâmico povoado pela nostalgia dos tempos do Profeta e esse sentimento provavelmente abastecerá muitos outros discursos inflamados. É importante observar, no entanto, que Shater não está no poder: ele não é o presidente do Egito, nem o guia supremo da IM.

Em todo caso, tal narrativa não pode servir como diretriz para se governar uma sociedade complexa. Por essa razão, há uma crescente discrepância entre as referências ideológicas e as práticas reais. Essa lacuna será insustentável, a menos que a Irmandade reforme sua ideologia em termos não teológicos (isto é, como uma questão de ética e identidade). De fato, sua “referência religiosa” tem se transformado em uma agenda sociocultural conservadora que nada tem a ver com

“revolução”, nem com um “Estado Islâmico”. A IM enfrenta obstáculos domésticos muito maiores e possui bem menos meios do que os movimentos revolucionários do passado. Em consequência, ela deve se comprometer.

Fradkin oferece a revolução islâmica de 1979 no Irã como prova de que os islamitas revolucionários podem liderar uma onda de revolta contra uma ditadura para estabelecer um verdadeiro Estado islâmico. Mas a experiência do Irã não oferece uma comparação apropriada com os atuais levantes no Oriente Médio. A revolução iraniana foi uma verdadeira revolução, caracterizada pela substituição das elites existentes por membros de outros grupos sociais; o uso da violência armada; as execuções e massacres de adversários; o sangrento acerto de contas dentro do novo regime; a reforma da economia e as transformações forçadas nas vidas diárias da população comum. No Irã, não houve nenhum movimento democrático significativo envolvido com a revolta – os esquerdistas, os esquerdistas islâmicos e os khomeinistas, todos rejeitaram a democracia. Os manifestantes não estavam exigindo uma democracia liberal, mas um Estado revolucionário (alguns, um Estado “popular”, e outros, um Estado “Islâmico”).

O aiatolá Khomeini não roubou o movimento revolucionário dos liberais. Pelo contrário, ele incorporou a revolução. No Egito de hoje, não existe tal líder carismático e todos os líderes políticos no mínimo defendem verbalmente a democracia, porque essa é a base de sua legitimidade. No Irã, o novo regime estabeleceu seu monopólio sobre a religião por meio de um clero xiita forte e politizado que existia antes da revolução. Não existe um grupo eclesástico igualmente poderoso nos países sunitas, onde a diversidade religiosa dentro do islamismo esteja florescendo. No Irã, o novo regime formou rapidamente a Guarda Revolucionária que se tornou a força militar dominante do país. No Egito, o Exército voltou para os quartéis (um pré-requisito para qualquer democracia), mas não está sob o controle direto da Irmandade. No Irã, o regime deu início imediato à implementação de uma política estran-

geira revolucionária com o ataque à embaixada americana, enquanto, no Egito, o novo regime não apenas protegeu a embaixada americana, como também não fechou a embaixada de Israel, nem a entregou aos palestinos (que, a propósito, a teriam recusado).

A Ilusão do Excepcionalismo Islâmico

Repetindo: minha divergência com Fradkin não é sobre fatos isolados, mas sim sobre sua abordagem ideológica e a-histórica. Ele vê a IM como um partido fechado de mônadas que opera desligado do tempo e da sociedade: durante 70 anos, manteve a mesma agenda, a mesma ideologia e a mesma disciplina organizacional, fazendo política de longo prazo em um tabuleiro de xadrez abstrato, onde sua flexibilidade é unicamente tática. Na opinião de Fradkin, a IM não mudou, nem tem motivo para mudar e tudo o que faz deve ser entendido dentro do paradigma da “revolução islâmica”. Nesse sentido, a abordagem de Fradkin está de acordo com a escola essencialista de pensamento que considera que a política entre os muçulmanos é dirigida por algum *software* imutável do Alcorão implantado em seus cérebros.

De fato, os islamitas são produtos da história e da sociedade modernas. O século XX foi marcado por revoluções de 1917 a 1979 – da revolução bolchevique à iraniana. Mas os tempos mudaram. Na década de 1980, um processo de democratização se estabeleceu na América Latina, o comunismo implodiu e a revolução iraniana se transformou em uma fraude aterrorizante. (Quem viajaria hoje para o Irã para aprender como construir o islamismo da maneira como as gerações antigas iam para a Rússia, China e Cuba para aprender como “construir o socialismo”?). Em países de todo o mundo, antigos extremistas e militantes se tornaram líderes democratas – entre os exemplos, estão o ex-primeiro-ministro português José Manuel Barroso (hoje, presidente da Comissão Europeia); a presidente do Brasil, Dilma Rousseff; e o vice-primeiro-ministro da Irlanda do Norte, Martin McGuinness, para citar apenas três. Certamente, isso não significa que a verdadeira

democracia está firmemente enraizada nesses países; assim como radicais podem se transformar em democratas, novos democratas podem transformar-se em ditadores. Hoje, no entanto, ditaduras como a China prosperam atenuando sua ideologia. Autoritarismo e ideologia são duas questões distintas: se Morsi se tornar um ditador, será às custas da ideologia e legitimidade da Irmandade. Em suma, a opinião de Fradkin sobre revolução e ideologia é bastante anacrônica.

Além disso, o argumento de que o mundo árabe não pode se democratizar porque o conceito de democracia é um produto de séculos de cristianismo ocidental é bastante tendencioso. Embora seja verdade que uma cadeia complexa de eventos na história europeia tenha gerado a democracia moderna, o capitalismo e os direitos humanos, a ideia de que eles foram produto da teologia cristã é altamente questionável. Há dois séculos, os países árabes vêm lutando para enfrentar os desafios do Ocidente. Diferentes países tentaram diferentes modelos – desde o despotismo esclarecido aos movimentos revolucionários conduzidos por líderes carismáticos, incluindo até mesmo algumas experiências democráticas passageiras. No decorrer do tempo, as sociedades árabes mudaram em consequência da educação em massa e da globalização, as quais alteraram tanto a estrutura social, quanto a cultura política.

Está ficando cada vez mais claro que o “excepcionalismo islâmico” é uma ilusão: tanto as mudanças políticas como as religiosas nas sociedades muçulmanas estão em sintonia com as tendências globais. E como eu tentei mostrar em *Globalized Islam* (2004), o que é entendido no Ocidente como um *retorno* a um islamismo tradicional e nostálgico é, na verdade, uma profunda *alteração* do islamismo tradicional, que está agora a dar lugar a um campo religioso mais aberto e diverso. Exatamente como a reforma protestante – apesar da intenção de promover um retorno às escrituras –, o islamismo está relutantemente abrindo a porta para novas formas de religiosidade por meio de sua passagem para a política. Além disso, o fundamentalismo – tanto como um instrumento, quanto como uma consequência da “descultu-

ração” do islamismo – tem ajudado a apresentar o islamismo ao mercado religioso global.

A crença de que os jovens muçulmanos se voltam para a religião somente por causa da frustração e da negação de seus direitos revela uma concepção negativa e simplista do “retorno ao sagrado”: de San Francisco a Jerusalém e de Paris ao Cairo, os fenômenos de conversão religiosa e de se tornar “renascido” são mais do que apenas uma resposta ao descontentamento social. Na verdade, depois de estudar essas tendências para meu livro *Holy Ignorance* (2010), cheguei à conclusão de que as ciências sociais, sem mencionar os políticos e jornalistas, têm um problema com a religião e tendem a vê-la somente como uma fonte de problemas.

Isso está refletido na conclusão de Fradkin, que faz um alerta sobre as “consequências internacionais de uma guerra religiosa prolongada no Oriente Médio” que poderia resultar do acesso da IM ao poder. A que ele está se referindo? Se “guerra religiosa” for um eufemismo para o conflito árabe-israelense, o papel da IM só pode ser secundário, porque esse conflito é, acima de tudo, nacional, e não religioso. Nenhuma paz sustentável entre Israel e os Estados árabes será obtida sem governos eleitos – em outras palavras, não pode haver paz sem democracia, e, no Egito, não pode haver democracia sem os Irmãos Muçulmanos.

Fradkin parece se referir tacitamente à tese de “choque de civilizações” de Samuel P. Huntington, todavia a IM não pretende unir a *ummah* contra o Ocidente. A Irmandade precisa do Ocidente para seu desenvolvimento econômico e teme a ameaça de um Irã nuclear. A Irmandade Muçulmana do Egito não incitou a guerra civil na Síria e se uniu ao Ocidente na rejeição da ditadura sangrenta de Bashar al-Assad.

Por fim, falta uma conclusão ao artigo de Fradkin. Ele não defende uma política específica, nem oferece um conselho à comunidade internacional além de cautela, prudência e desconfiança. No entanto,

prudência não é uma política. O engajamento pragmático, por outro lado, tem pelo menos o potencial de ajudar a apoiar a democratização no mundo árabe.

—30 de novembro de 2012

Dossiê China

REFORMA DE CIMA PARA BAIXO OU REVOLUÇÃO DE BAIXO PARA CIMA?*

Cheng Li

*Cheng Li é diretor de pesquisa e pesquisador sênior do John L. Thornton China Center da Brookings Institution. Entre seus livros, estão *The Political Mapping of China's Tobacco Industry and Anti-Smoking Campaign* (2012) e *The Road to Zhongnanhai* (2012, em chinês).*

Ultimamente, a República Popular da China (RPC) tem sido afetada por agitações sociais generalizadas, crescimento econômico vagaroso e corrupção oficial desenfreada, conforme revelado pelo escândalo de Bo Xilai. No entanto, menos óbvio para o resto do mundo é o intenso debate sobre duas perspectivas fortemente contrastantes e polêmicas sobre o futuro do país no curto e médio prazos. Tais visões refletem interpretações bastante distintas da situação socioeconômica e da provável trajetória política do país mais populoso do mundo.

O primeiro cenário prevê uma abrupta revolução de baixo para cima, avaliação essa que vem gerando acalorados debates intelectuais e políticos na RPC. Em dezembro de 2011, Han-Han (um autor de 30

*Publicado originalmente como "China at the Tipping Point? Top-Level Reform or Bottom-Up Revolution?", *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

anos que é sucesso de vendas e cujo blog é o mais popular da China, com 580 milhões de acessos registrados) publicou um trabalho que se tornou bastante famoso: *On Revolution* (“Sobre a Revolução”)¹. Embora Han afirme que “uma revolução dificilmente seja uma boa opção para a China”, sua intrigante opinião sobre a escolha entre reforma e revolução refletiu nitidamente – e aumentou bastante – a consciência do público sobre o risco de uma revolução ocorrer no país.

Além disso, nos dias de hoje, um dos livros mais populares nos círculos intelectuais da RPC é a tradução chinesa do clássico de 1856 de Alexis de Tocqueville, *The Old Regime and the Revolution* (“O Antigo Regime e a Revolução”). Uma passagem citada com frequência é o argumento de Tocqueville de que revoluções normalmente ocorrem não quando o antigo regime resiste a mudanças, mas sim quando ele começa a tentar reformar somente para atender expectativas de modo a afastar qualquer possibilidade de melhoria.

O segundo cenário é a reforma que vem de cima, a qual as elites do Partido Comunista Chinês (PCC) chamam de “reforma de cima para baixo” (*top-level reform*) ou “modelo de reforma de cima para baixo” (*top-level design of reform*) (*gaige de dingceng sheji*). Este último termo foi ouvido pela primeira vez em uma reunião da cúpula do PCC em outubro de 2010². Ele está relacionado ao entendimento recente dos líderes do Partido de que a China enfrenta um sério problema em relação à reforma, não podendo mais se dar ao luxo de “cruzar o rio sentindo as pedras”, como diz a expressão chinesa. Em suma, reformas improvisadas precisam abrir caminho para um conjunto mais metódico e profundo de mudanças. Além disso, com tantos dos atuais problemas econômicos da China surgindo de impasses e obstáculos relacionados ao sistema político, uma reforma política básica também deverá fazer parte da agenda.

De acordo com aqueles que defendem uma reforma de cima para baixo, a China precisa de uma coordenação melhor entre políticas so-

cioeconômicas e desenvolvimento político, juntamente com mudanças estruturais que sejam mais coerentes. A abordagem mais antiga, de baixo para cima, que dá ênfase a eleições populares, deve ceder espaço, dizem eles, a um novo roteiro que inclua eleições dentro do PCC para a escolha dos líderes nacionais do Partido, um sistema institucionalizado e mais eficaz de pesos e contrapesos e uma reforma judicial³.

É extremamente importante que os analistas estrangeiros entendam o atual discurso chinês em relação a três questões básicas: 1) o impacto da crise de Bo Xilai sobre a trajetória política da China, 2) os possíveis desencadeadores de revoltas e iniciativas sociopolíticas e 3) as proteções institucionais com as quais a liderança do PCC possa abrir caminho para uma mudança do sistema. Os analistas estrangeiros precisam repensar a tese do “autoritarismo resiliente”* (*authoritarian resilience*), uma visão predominante nos estudos estrangeiros sobre a política chinesa, que afirma ser o autoritarismo chinês “resiliente” ou “forte”⁴. Essa visão subestima tanto a vulnerabilidade inerente do sistema de partido único, como o crescente ressentimento que o público nutre em relação ao enorme poder e riqueza dos líderes do PCC.

1) Bo Xilai e a Ilusão de Meritocracia no PCC. Em 2012, o caso de Bo Xilai expôs as falhas profundas do sistema político. Embora o PCC seja culpado pela repressão política e por graves erros durante seu longo governo, seus principais líderes não são conhecidos por assassinatos ao estilo de organizações criminosas. Porém, a esposa de Bo foi declarada culpada de planejar o assassinato de um empresário britânico e seu ex-tenente, o chefe de polícia de Chongqing, também foi considerado culpado por abuso de poder. A população fica se perguntando: qual expectativa de impunidade levou Bo – bastante conhecido como chefe do Partido em Chongqing e uma estrela em ascensão nas altas esferas do PCC – a participar dos crimes alegados em sua longa ficha de acusações? Como pôde esse líder de mão de ferro, mais famoso por reprimir o crime organizado em Chongqing, ter comandado a polícia local de um modo desregrado e às vezes totalmente

*Nota dos editores: um corpo resiliente é resistente por ser capaz de se adaptar a mudanças ou, finda a pressão a qual é submetido, se recobrar facilmente.

criminoso?

A atual liderança do PCC qualifica esses incidentes como “isolados e excepcionais”, mas muitos intelectuais da RPC afirmam que a corrupção oficial desenfreada – em especial, quando envolve parentes dos altos líderes do Partido – exemplifica uma forma particularmente decadente de capitalismo de comparsas (*crony capitalism*), o qual, nos últimos tempos, tem sido mais a regra do que a exceção⁵. Além do escândalo de Bo, outro caso de corrupção é o envolvimento de ex-altos funcionários do Ministério das Estradas em esquemas de suborno que somam bilhões de dólares americanos. Ainda pendente, esse outro escândalo mostrou claramente ao público que a corrupção da elite nacional está ocorrendo em um nível nunca visto antes⁶.

Uma das acusações oficiais contra Bo é a de que “ele tomou decisões erradas na promoção de seus funcionários, o que resultou em sérias consequências”. Críticos chineses acham essa acusação bastante irônica e perguntam por que aqueles que promoveram Bo não deveriam também ser responsabilizados por suas próprias e ainda maiores “decisões equivocadas”. De uma forma dramática e surpreendente, o imbróglio de Bo desvirtua a ideia – tão central para a tese do autoritarismo resiliente – de que a elite do PCC é, de alguma forma, uma meritocracia. Aos olhos do povo chinês, o atual método de escolha dos líderes da RPC – baseado em nepotismo, relações clientelistas, manipulações secretas feitas por políticos de peso, credenciais acadêmicas falsas e até o uso de propinas para “comprar cargos” (*maiguan*) – parece estar baseado em qualquer coisa *menos* no mérito⁷. Isso coloca em jogo a legitimidade da liderança do PCC como um todo. O julgamento de Bo (previsto para ocorrer em 2013) poderá se transformar em um julgamento do monopólio do poder pelo PCC, monopólio este que tornou possível a década de abusos de poder por parte de Bo.

Deve-se observar que Bo ainda tem um número significativo de seguidores na China. Suas opiniões altamente nacionalistas, sua ten-

dência ao uso da violência para resolver conflitos socioeconômicos, sua marcante aversão a ricos e sua reputação de líder que pode resolver as coisas são características que repercutem profundamente em alguns grupos da sociedade chinesa. Além disso, a menos que a China altere profundamente seu método de governo, demagogos ainda mais cínicos e desprezíveis do que Bo poderão muito bem surgir no futuro.

2) Uma Revolução de Baixo para Cima em Formação? Certamente, a crise de legitimidade do PCC originada pelo incidente de Bo não é o único fator capaz de causar uma revolta sociopolítica. Depois de mais de duas décadas de crescimento econômico excepcionalmente rápido, a China tem experimentado uma desaceleração. Essa retração não surgiu apenas de gargalos políticos, mas também de falhas no sistema autoritário da RPC, tornando-se, assim, um gatilho para crises políticas. O crescente poder oligárquico das empresas estatais – sobretudo das principais grandes empresas – é amplamente visto como responsável por uma corrupção maciça que impede o investimento privado, achata a classe média e retarda a inovação que a China precisa atingir para realizar a transição de uma economia voltada à exportação para uma economia voltada ao consumo e à inovação.

O sentimento de incerteza política – e, entre outros, o temor de desastres socioeconômicos – está em alta na China. Muitos se preocupam com a degradação ambiental, riscos à saúde pública e todos os tipos de problemas de segurança pública. A ansiedade e o descontentamento atingem todas as classes socioeconômicas. O grande fluxo de capital que saiu da China nos últimos anos é um sinal de que as próprias elites não têm confiança na estabilidade política do país.

De acordo com um relatório de 2011 da Global Financial Integrity (GFI), de 2000 a 2009, a saída de capital ilegal da China foi a maior do mundo, totalizando US\$ 2,7 trilhões⁸. O último relatório da GFI, divulgado em outubro de 2012, mostrou que o cumulativo de fluxos financeiros ilícitos da China totalizou US\$ 3,8 trilhões no período de 2000 a 2011⁹.

A aversão da classe média em relação às políticas do governo tem se tornado cada vez mais evidente nos últimos anos. Uma taxa de desemprego de cerca de 20% entre os universitários formados recentemente (que, em geral, vêm de famílias de classe média e presume-se que serão membros da futura classe média chinesa) deveria ser um sinal alarmante para o governo chinês. Tendo em vista a dificuldade para se obter um empréstimo para pequenas empresas, a natureza opaca e mal regulamentada do mercado de ações da China e a falta geral de oportunidades de investimentos, a poupança da classe média chinesa tem sido intensamente investida em imóveis. O pesadelo da explosão de uma bolha imobiliária é uma possibilidade real: algumas regiões estão ocupadas por áreas enormes, porém desabitadas, de novas construções, conhecidas como “cidades-fantasma”. Um estudo realizado pela Secretaria de Segurança Municipal de Pequim revelou que há 3,8 milhões de residências vagas somente na capital¹⁰.

Mais abaixo da escala social, a escassez de mão-de-obra que tem afetado algumas cidades costeiras nos últimos anos reflete a crescente conscientização dos direitos individuais entre “grupos sociais vulneráveis”. Sobretudo os trabalhadores migrantes vão de emprego em emprego buscando um salário melhor. No entanto, a política de urbanização da China é visivelmente desfavorável a eles. Esses trabalhadores se ressentem ao verem famílias de classe média com várias casas e funcionários corruptos ou empresários ricos comprarem suntuosas casas de campo para suas amantes.

Dado o interesse da elite do PCC em preservar seu controle sobre o poder, não é surpresa que a polícia tenha se tornado mais poderosa, com influência sobre a política socioeconômica, o que é compatível com seus orçamentos maiores. Atualmente, o valor total gasto com a “manutenção da estabilidade social” excede o montante destinado à defesa nacional¹¹. O crescente poder da polícia tem criado um círculo vicioso no qual, quanto mais duramente ela reprime agitações

sociais, mais violenta e generalizada essas agitações se tornam. Com tantas fontes de ressentimento social, de possíveis gatilhos para novas tensões e de tendências que perturbam a ordem, não se deve desconsiderar tão rapidamente o cenário de uma revolução de baixo para cima.

3) A Democracia Dentro do Partido Funcionará? Diante do preságio sinistro da crise de Bo Xilai e por tornar pública a lavagem de roupa suja no interior do PCC – bem como de outras tantas fontes e gatilhos de uma revolução de baixo para cima –, quais são as perspectivas de que a liderança do Partido recorra a uma reforma política do sistema com o objetivo de se salvar? O partido tem alguma chance?

Desde a época de Deng Xiaoping (e, especialmente, nos últimos dez anos), algumas reformas institucionais destinadas a promover a democracia dentro do PCC têm sido colocadas em prática de modo gradual. As autoridades e a mídia controlada pelo Estado muitas vezes falam de “democracia dentro do Partido” como um sinônimo de um sistema de pesos e contrapesos institucionalizado dentro do PCC. Em setembro de 2009, a quarta sessão plenária do XVII Comitê Central exigiu a promoção da democracia dentro do Partido e a caracterizou não só como a “força vital” do PCC, mas também como o principal fator a determinar se ele seria capaz de manter sua posição de primazia no futuro.

É compreensível que os líderes do Partido e seus assessores estejam inclinados a promover experiências democráticas dentro da agremiação ou, em outras palavras, a realizar uma reforma política progressiva e administrável. O PCC é o maior partido governamental do mundo, sendo formado por 4 milhões de seções de base e 83 milhões de membros. Na ausência de uma oposição organizada, é difícil esperar que a China subitamente adote um sistema político multipartidário. Diante dessas circunstâncias, uma forma de democracia dentro do Partido – caracterizada pela concorrência entre as elites, equilíbrio de poder entre as facções e ligações com diferentes grupos de interesse da sociedade chinesa – pode muito bem ser uma maneira mais realista de se promover a democracia no país.

O caminho para a democracia varia de nação para nação e depende muito das circunstâncias históricas e sociopolíticas de um país. Os líderes chineses e os intelectuais públicos têm todo direito de argumentar que a versão de democracia da RPC terá e deveria ter suas próprias características ou mesmo características únicas. Afinal, os regimes democráticos encontrados na Índia, na Indonésia, no Reino Unido e nos Estados Unidos são diferentes uns dos outros de várias maneiras significativas. Além disso, assim como atestam os casos do Japão e do México, é possível que uma democracia passe por longos períodos de governo de partido único sem perder o direito de ser chamada de democracia. Uma relação dinâmica de pesos e contrapesos entre as facções do partido no poder é muitas vezes a chave para essa realização.

Na China de hoje, a democracia dentro do PCC não é apenas retórica. Vários desenvolvimentos institucionais importantes já mudaram o modo como a elite política da China faz negócios. Atualmente, os ocupantes dos altos postos do Partido e do Estado têm um mandato máximo de cinco anos e nenhum funcionário pode ter mais de dois mandatos. Os líderes acima de um certo nível não podem ultrapassar um limite determinado de idade. Por exemplo, todos os membros do Comitê Central do PCC nascidos antes de 1940 se aposentaram desse órgão no Congresso do Partido de 2007. Do mesmo modo, todos os membros do Comitê Central nascidos antes de 1944 se aposentaram do órgão no Congresso do Partido de 2012. O PCC endossou um método chamado “eleição de mais candidatos do que cadeiras” (*cha'e xuanju*) para escolher os membros do Comitê Central e outros órgãos superiores. Essas regras e normas não apenas geram um senso de consistência e justiça na escolha dos líderes, como também aceleram a rotatividade dentro da elite¹².

Todavia, essas experiências de democracia dentro do Partido têm feito pouco progresso desde 2009. O escopo e a escala da concorrência no interior do PCC não aumentaram muito nas últimas duas décadas. Apesar de promessas que dizem o contrário, os altos cargos de dife-

rentes níveis continuam a não ser preenchidos por meio de eleições com vários candidatos.

No entanto, continua a ser importante o fato de a liderança do PCC estar estruturada em torno de duas coalizões ou facções informais que se controlam e equilibram mutuamente. Esse não é o tipo de sistema institucionalizado pelo qual, digamos, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do governo americano se controlam mutuamente. Mas, sem dúvida, representa uma grande mudança em relação às fortes tradições autoritárias das épocas de Mao ou Deng e está modificando o funcionamento da política intrapartidária nos níveis mais altos.

Os dois grupos podem ser rotulados de “coalizão populista”, liderada pelo carismático presidente Hu Jintao, e “coalizão elitista”, formada durante a época de Jiang Zemin e liderada atualmente pelos principais pupilos de Jiang. No XVIII Congresso do Partido, em novembro de 2012, Xi Jinping, da facção elitista, se tornou secretário-geral do Partido, enquanto Li Keqiang, da facção populista, foi designado primeiro-ministro da China. Essa divisão de poder é conhecida como um mecanismo político de “um partido, duas coalizões”.

Essas duas coalizões representam diferentes eleitorados tanto no âmbito socioeconômico, como no geográfico. A maioria dos altos líderes da coalizão elitista, por exemplo, é composta de “príncipes” de famílias de revolucionários veteranos e autoridades de alto nível. Em muitos casos, esses príncipes começam suas carreiras em cidades litorâneas ricas e economicamente bem desenvolvidas. A coalizão elitista normalmente representa os interesses dos empreendedores chineses.

Em contraste, a maioria dos principais personagens da coalizão populista vem de famílias menos privilegiadas. Em geral, grande parte de sua experiência de liderança é desenvolvida em províncias interiores menos desenvolvidas. Muitos desses líderes começam suas respectivas trajetórias políticas na liderança da Liga da Juventude Comunista Chinesa e são conhecidos como *tuanpai* (facção da Liga).

Os populistas muitas vezes expressam as preocupações dos grupos sociais vulneráveis, como agricultores, trabalhadores migrantes e a população urbana pobre.

Os líderes dessas duas facções concorrentes diferem em conhecimento, credenciais e experiências. Todavia, eles entendem que devem encontrar uma base comum para coexistir e governar efetivamente, especialmente em tempos de crise – e os dias de hoje são um desses momentos. Um líder de facção, como o príncipe Bo Xilai, pode cair por causa de um escândalo, mas as facções em si são fortes demais para serem desmanteladas.

No entanto, a ascensão de uma forma atenuada de “bipartidarismo” chinês dentro das esferas de liderança pode não ser suficiente para salvar o PCC. Fazer acordos, dividir poder e fazer concessões pode ser difícil. Além disso, a existência de mais candidatos do que vagas a serem preenchidas cria naturalmente um senso de ganhadores e perdedores. Também não faltam problemas litigiosos: há sérias questões surgindo sobre como distribuir melhor os recursos nacionais, os métodos ideais para combater a corrupção, a criação de um sistema público de saúde, a construção de casas mais acessíveis nas cidades e a reforma das finanças e da posse de terras rurais. É possível que seja formado um consenso sobre esses assuntos amplo e forte o suficiente para apoiar um governo eficaz? A pergunta continua em aberto.

A necessária reforma política da China pode acabar sendo prorrogada devido à resistência de alguns líderes conservadores de peso e de fortes grupos de interesse, como grandes firmas monopolizadas pelo Estado. No entanto, a demanda pública por um sistema político mais competitivo, mais institucionalizado e mais transparente apenas ganhará força. A concorrência e a cooperação entre as facções da alta liderança poderão ser ainda mais significativas, pois tais grupos estão de acordo em relação aos desejos das novas forças estabilizadoras – nenhuma das quais existia em 1989 – para a China. Em conjunto com

uma classe média maior, o país tem um discurso legal mais afirmativo a favor do constitucionalismo e de fortes medidas para frear a corrupção e os abusos de poder. A mídia também está mais comercializada e influente, tendo as mídias sociais atingido um nível de disseminação que ninguém poderia imaginar alguns anos atrás.

Vários outros grupos de interesse, inclusive *lobbies* comerciais estrangeiros, se tornaram mais numerosos. E, mais importante, há uma percepção generalizada de que a China, apesar de seus problemas econômicos, está mais em alta do que em queda. Todos esses fatores deverão aumentar a confiança da população de que uma transformação política poderia funcionar e levar a uma China mais livre e mais aberta.

Por enquanto, a dinâmica competitiva dentro da liderança coletiva do PCC deverá fazer com que os *lobbies* sejam mais transparentes; a política entre as facções, mais legítima; as regras e as leis, mais respeitadas; as eleições, mais genuínas; e as elites, mais responsáveis e representativas. Poderia o próprio PCC se dividir formalmente entre os campos elitista e populista? Não é difícil imaginar que isso aconteça. Na melhor das hipóteses, a divisão será mais progressiva do que traumática, a violência será ausente ou mínima e o exemplo de eleições e concorrência dentro do PCC irá, por meio de um clássico “efeito de demonstração”, promover a demanda por eleições gerais para todo o país.

Ao longo da próxima década – aproximadamente –, o futuro do Império do Centro dependerá da dinâmica entre o medo da revolução e a esperança de uma reforma política. A ameaça da revolução vinda de baixo pode pressionar a elite a buscar uma reforma política incremental, mas ousada. Contudo, se a reforma falhar, a revolta pode muito bem ser o desfecho. E o drama resultante, para onde quer que ele conduza, terá – sem dúvida – profundas ramificações muito além das fronteiras da China.

NOTAS

1. “On Revolution” foi um dos três artigos da série que Han Han escreveu às vésperas de 2012. Os outros dois foram “On Democracy” e “On Freedom”. http://blog.sina.com.cn/s/article_archive_1191258123_201112_1.html. Para mais discussão, consulte de Eric Abrahamsen, “Han Han’s U-Turn?” *International Herald Tribune*, 26 de janeiro de 2012, disponível na página <http://latitude.blogs.nytimes.com/2012/01/26/blogger-han-han-controversy-on-democracy-in-china>.

2. Zou Dongtao, Zhou Tianyong, Chi Fulin, e Li Zhichang, “Dingceng sheji—Gaige fanglie de yige zhongda fazhan” [Modelo de alto nível: importante desenvolvimento estratégico da reforma] *Beijing ribao* [Beijing daily], 24 de janeiro de 2011, disponível na página <http://theory.people.com.cn/GB/13796713.html>.

3. Liu Junxiang, “Jingying minzhu—Zhongguo dingceng zhenggai xiwang” [Elite Democracy: The hope of China’s top level political reform] *Wenzhai* [Digest], 22 de outubro de 2012, disponível na página www.21ccom.net/articles/zgyj/xzmj/article_2012102269487.html.

4. David Shambaugh, por exemplo, observou que o PCC é uma “instituição razoavelmente forte e resistente”. *China’s Communist Party: Atrophy and Adaptation* (Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2008), 176. Ver também de Andrew J. Nathan, “China’s Changing of the Guard: Authoritarian Resilience,” *Journal of Democracy* 14 (janeiro de 2003): 6–17; e de Alice Miller, “Institutionalization and the Changing Dynamics of Chinese Leadership Politics,” in Cheng Li, ed., *China’s Changing Political Landscape: Prospects for Democracy* (Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008), 61–79.

5. Em março de 2012, por exemplo, o cientista político da Universidade de Renmin, Zhang Ming, lançou uma forte crítica sobre a corrupção oficial generalizada. Levaria outros poucos meses para a mídia estrangeira começar a investigar as “árvores genealógicas” do capitalismo de comparsas entre a liderança chinesa. Veja de Zhang Ming, “Zhongguo xiang he chuqu?” [Whither China?], *Ershiyi shiji* [Twenty-first century], 3 de março de 2012. Sobre o esforço das autoridades do PCC para tornarem o caso Bo “isolado e excepcional”, veja Sina News, 25 de maio de 2012, disponível na página <http://news.sina.com.hk/news/1617/3/1/2673095/1.html>

6. Veja de Evan Osnos, “Boss Rail: The Disaster That Exposed the Underside of the Boom,” *New Yorker*, 22 de outubro de 2012, disponível na página www.newyorker.com/reporting/2012/10/22/121022fa_fact_osnos#ixzz2Abq3Ok11.

7. Veja de Minxin Pei, “The Myth of Chinese Meritocracy,” *Project Syndicate*, 14 de maio de 2012, disponível na página www.project-syndicate.org/commentary/the-myth-of-chinese-meritocracy.
8. *Shijie ribao* [World journal], 20 de abril de 2012, A4.
9. Dev Kar and Sarah Freitas, “Illicit Financial Flows from China and the Role of Trade Misinvoicing,” *Global Financial Integrity*, Washington, D.C., outubro de 2012, iv.
10. Jia Lynn Yang, “As China’s Growth Lags, Fears of a Popping Sound,” *Washington Post*, 3 de outubro de 2012, A16.
11. Em 2009, o regime gastou 532 bilhões de yuan para se defender contra ameaças estrangeiras e 514 bilhões para manter a ordem interna. Em 2012, os valores foram 670 bilhões de yuan para os militares e 702 bilhões para “manutenção da estabilidade”. Ver “Kanshou Chen Guangcheng” [Watching Chen Guangcheng], *Shijie ribao* [World journal], 3 de maio de 2012, A4.
12. Sobre essas experiências políticas, veja de Cheng Li, “Leadership Transition in the CPC: Promising Progress and Potential Problems”, *China: An International Journal* 10 (agosto de 2012): 23–33.

Dossiê China

AUTORITARISMO E CONTESTAÇÃO*

Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He

Zhenhua Su é professor adjunto de governo na Escola de Administração Pública, da Universidade de Zhejiang, na China. Hui Zhao é colunista, seu trabalho aparece com frequência na mídia chinesa. Jingkai He é estudante de pós-graduação em governo na Universidade de Harvard.

De depois que o Partido Comunista Chinês (PCC) suprimiu os protestos da Praça Tiananmen em 1989, surgiram no país duas visões completamente distintas sobre o futuro da China. Uma delas afirmava que os terríveis métodos de repressão usados pelo governo iriam arruinar a confiança pública no regime e dividir o PCC, causando sua queda do poder de modo acelerado. A outra visão defendia que o ano de 1989 e os expurgos que se seguiram haviam esvaziado de modo tão severo as fileiras oposicionistas que as forças insurgentes da sociedade chinesa nunca mais ressurgiriam.

A verdade está em algum ponto intermediário. O PCC não se dividiu, nem desmoronou. Na verdade, saiu fortalecido de 1989, tendo infligido aos oposicionistas uma enorme derrota. Além desse feito, outro fator importante foi o crescimento econômico rápido e prolongado

*Publicado originalmente como “China at the Tipping Point? Authoritarianism and Contestation”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

– que começou com a abertura econômica de 1992 –, o qual deu ao regime autoritário um alívio, à medida que as pessoas voltaram suas atenções para os ganhos materiais, tirando o foco da política. Outra ação do PCC foi a inclusão em suas fileiras de um número maior de profissionais, intelectuais, empresários e de membros de outros tipos de elite. Além disso, a expansão econômica deu ao Partido mais recursos para gastar com o bem estar da população e com suas inúmeras agências de vigilância e controle social. Dessa maneira, o PCC passou a ser um exemplo daquilo que Andrew J. Nathan chamou de “autoritarismo resiliente”* (*authoritarian resilience*)¹.

Todavia, por mais que tenha sido pressionada pelo peso da repressão, a oposição nunca se permitiu ser totalmente subjugada. Em 1998, quase uma década depois de Tiananmen, os ativistas pró-democracia tentaram formar um partido. O regime os reprimiu rapidamente, mas – dentro de dois anos – as dissidências intelectuais começaram a dar voz aos protestos por meio de pedidos on-line. Esses esforços alcançaram seu ponto alto em dezembro de 2008, quando foi lançada a Carta de Direitos 08 (www.charter08.com). Depois da prisão de seu principal idealizador, o crítico literário e futuro vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, mais pessoas se juntaram à iniciativa. Logo, a oposição está longe de morrer, mesmo que continue fraca.

Ao mesmo tempo, aquilo que o regime chama de “incidentes em massa” vem aumentando. No rol de episódios desse tipo, estão os tumultos de 2008 contrários ao mau comportamento da polícia em Weng’an, as agitações que se seguiram à revelação de casos de corrupção do PCC em Shishou em 2009 e um protesto de meses de duração relacionado a fraudes eleitorais, corrupção local e confisco de terras em Wukan em 2011 e 2012. Esses casos demonstram que o controle das autoridades sobre a sociedade não é tão forte como muitas vezes

*Nota dos editores: um corpo resiliente é resistente por ser capaz de se adaptar a mudanças ou, finda a pressão a qual é submetido, se recobrar facilmente.

se pensa. As manifestações públicas com conotações políticas também chamaram muita atenção. Elas incluíram os famosos protestos de 2007 contra a construção de uma fábrica de produtos químicos em Xiamen, os comícios de 2009 contra a proposta de criação de uma usina de incineração de lixo em Guangzhou, manifestações contra o psicólogo da Universidade de Pequim Sun Dongdong por seu apoio à ideia de que as pessoas que fazem petições com regularidade são normalmente doentes mentais e podem merecer detenção, e aglomerações na porta dos tribunais durante julgamentos famosos de pessoas como Liu Xiaobo, o ativista social Tan Zuoren – que denunciou inúmeros escândalos –, o delator no caso do leite contaminado, Zhao Lianhai, e três internautas da província de Fujian que publicaram on-line uma prova de que a polícia havia estuprado e assassinado uma jovem. Atos menores e limitados de “resistência comum” também têm aumentado desde a década de 1990², assim como as disputas sobre terras e os protestos contra demolições forçadas³.

Apesar da aparência de um rígido controle por parte do regime, exemplos como esses indicam que, mais de duas décadas depois de Tiananmen, as forças de dissidência estão vivas e atuantes. Embora não tenha surgido ainda nenhum movimento político capaz de desafiar abertamente a repressão do Estado, parece justo dizer que a capacidade do regime de controlar a sociedade está perdendo força.

O PCC domina a China ininterruptamente desde 1949, e o faz recorrendo à manutenção de sua coesão interna, ao controle de recursos essenciais, à incorporação de novas elites e à contenção eficaz da sociedade. Os protestos de Tiananmen, em 1989, haviam sido preparados onze anos antes, quando a China saía dos dois anos de turbulência que se seguiram à morte de Mao Zedong, em 1976. Em 1978, Deng Xiaoping deu início à mudança de uma ideologia holística de controle total para uma posição mais relaxada destinada a promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Ainda que as condições ainda estivessem longe do ideal, a sociedade

civil começou a florescer e a cultivar a capacidade de protestar e fazer oposição, o que finalmente se materializou na Praça Tiananmen em Pequim no final da década de 1980.

Mesmo sangrentas e meticulosas, como foram as medidas repressivas de 1989, elas não reverteram completamente o processo de abertura social que o partido havia iniciado. A famosa viagem de Deng pelo sul da China, em 1992, marcou a retomada da estratégia, suspensa na década de 1980, de tentar conjugar maior abertura e controle constante. Por um lado, o PCC detinha ainda a posse dos recursos mais estratégicos, absorvia ativamente as elites permitidas pelo regime, dominava (ou tentava dominar) a sociedade e revelava que podia se adaptar a novas situações. Por outro lado, a riqueza circulava dentro e fora do setor privado, de modo que passou a ser necessário e permitido que um número crescente de pessoas deixasse para trás suas unidades de trabalho coletivo e as comunidades em que viviam. Mais favoráveis aos mercados, os novos esquemas econômicos estimularam fortes demandas por profissionais e trabalhadores autônomos tecnicamente qualificados e com possibilidades de deslocamento. O modo de vida desse grupo não podia mais ser rigorosamente vigiado ou adequado a um funcionamento do tipo quartel, que, durante décadas, imperou na República Popular da China (RPC). Os indivíduos deixaram de estar sob o controle minucioso de um Estado cuja dominação tem se desgastado de pelo menos quatro maneiras distintas:

1) A coerência, ideológica ou não, da elite governante está enfraquecendo. Atualmente, essa elite pode ser mais bem descrita como uma mistura de interesses ao invés de uma unidade. O PCC apresenta em seu interior uma variedade de ideias e interesses que chocariam o líder Mao. Algumas são expressões de regionalismos. O sistema de divisão de receitas da RPC, adotado em 1994, divide o produto dos impostos entre o centro e as províncias, o que confere a essas mais liberdade para tomar suas próprias decisões sobre vários assuntos, e, às vezes, rejeitar passivamente decisões inoportunas vindas de Pequim.

Além disso, cientes de que o governo central detém o controle de recursos valiosos (inclusive as agências responsáveis por eletricidade, telecomunicações e petróleo), essas províncias monopolizaram seus setores com empresas estatais (EEs) e começaram a buscar seus próprios interesses. Por fim, a burocracia do partido único não é mais orientada pelo marxismo, pelo maoísmo, nem por qualquer outro “-ismo”, com exceção do carreirismo. A corrupção é generalizada e muitos funcionários não se dedicam a nada além da aquisição de riqueza e posição social. Certamente, são poucos os que se preocupam em fazer cumprir a lei ou servir ao público de modo desinteressado.

2) A parcela dos recursos econômicos e sociais sob o controle direto do PCC tem encolhido ano a ano desde 1978. É verdade que, desde 2003, o Estado – apesar das críticas generalizadas – se expandiu à custa do setor privado, mas não o bastante para reverter a tendência geral. O regime do PCC aposta no desempenho econômico para fortalecer sua legitimidade, mas, não raro, as EEs – embora ricamente abastecidas de recursos – apresentam baixa produtividade e dependem de subsídios fiscais, empréstimos vultosos de bancos estatais e preços monopolistas para sobreviverem. Elas contribuem pouco para os resultados econômicos da RPC, e vêm reforçando a dependência em relação ao capital estrangeiro e privado ao ponto de reduzir os poderes discricionários do Estado e de suavizar seu punho de ferro. Por essa razão, é possível que venha a ocorrer um desalinhamento entre o controle estatal sobre os recursos sociais e econômicos. Por exemplo, o Anuário Estatístico da China de 2008 observa que, em 2007, as EEs controlavam 44,8% do capital nacional, mas empregavam somente 21,8% da população urbana chinesa.

3) O PCC está perdendo sua capacidade de absorver as novas elites sociais. A menos que seja capaz de incorporar a suas fileiras novos grupos sociais relevantes – como os profissionais com bons níveis de instrução –, o PCC não poderá sobreviver como a única força dominante da China. Sua principal maneira de fazer essa inclusão sem-

pre foram as ofertas de emprego, mas esse caminho está se fechando. As instituições que estão sob o controle do PCC – as administrações do partido e do Estado, as EEs e as burocracias que supervisionam a cultura, a educação, a pesquisa científica e os serviços de saúde, por exemplo – já estão com um excesso de funcionários. Todo ano, são poucos os recém-formados que conseguem se tornar funcionários públicos. Isso não quer dizer que todo mundo deseje um emprego no Partido: à medida que a economia de mercado cresce, mais membros dos grupos de elite (especialmente entre os mais jovens) preferem procurar um trabalho lucrativo no setor privado.

4) O PCC não pode mais controlar a sociedade da mesma forma que o fazia no passado. Antes das reformas de 1978, a ampla maioria da população chinesa vivia e trabalhava sob o controle direto das comunidades, unidades trabalhistas ou comitês de vilarejos e bairros. Nessa época, o controle social baseava-se fortemente nos decretos da liderança do PCC. Quando os antigos sistemas que determinavam o local de residência e o emprego afrouxaram, mais pessoas saíram da órbita do controle direto do Partido. Nas últimas décadas, milhões do 1,2 bilhão de cidadãos chineses deixaram seus endereços oficiais para viverem e trabalharem em outros locais. O controle abrangente da sociedade pelo Partido tem ficado para trás desde o final da década de 1980. As represálias pós-Tiananmen não puderam e não conseguiram restaurá-lo.

Os Limites da “Manutenção da Estabilidade”

Em termos de organograma, o controle social na RPC anterior a 1978 era obrigação das agências policiais e de outras forças armadas mantidas pelo Estado, dos vários departamentos do governo e do PCC (o Ministério da Cultura, o departamento de propaganda do Partido Comunista, etc.) e de organizações ou comitês de trabalhadores, mulheres, jovens e moradores de bairros ou vilarejos. Mas o que realmente garantia tal controle era o domínio da política, da economia, da

sociedade e da cultura pelo Estado, juntamente com um sistema rígido de registro de domicílios que segregava os moradores das cidades e do meio rural e impedia que os cidadãos se locomovessem livremente.

As reformas de Deng permitiram que a sociedade obtivesse ganhos importantes em relação ao Estado, deixando apenas o esqueleto do sistema clássico de controle social ainda de pé. Nos dias de hoje, o controle social passou do atacado para o varejo: é uma característica do regime liderado pelo PCC dedicar especial atenção a determinadas pessoas e organizações consideradas uma ameaça à estabilidade. Os órgãos do partido dedicados à “manutenção da estabilidade” (*weiwen*) pretendem “cortar pela raiz todos os fatores de instabilidade”. Isso significa controlar (se for preciso, por meio da repressão policial) as atividades dos dissidentes, ajudar o governo local a “administrar” (o que, às vezes, significa bloquear) as petições dos cidadãos⁴, e assegurar que os funcionários de todos os níveis sejam responsabilizados por fazerem sua parte na manutenção da estabilidade.

A maioria das medidas de manutenção da estabilidade é tomada após a ocorrência de um determinado fato e consiste, na realidade, em punições para várias transgressões. Em alguns casos, as autoridades tomam medidas “preventivas” se a necessidade parece urgente, muito embora, de acordo com as próprias leis do Partido, aplicar punições por atos que ainda não foram cometidos é claramente ilegal. Defensores da tese do autoritarismo resiliente gostam de frisar que, desde 1989, o regime não deixou de usar duras medidas preventivas para manter a estabilidade. Entre outros problemas, no entanto, todo esse esforço é muito caro: em 2009, a China gastou na manutenção da ordem interna quase tanto quanto gastou com a defesa militar⁵.

As violentas medidas repressivas pós-Tiananmen mergulharam a China em um mal-estar de pavor, e muita gente abandonou qualquer ideia de enfrentar o regime. Quase um quarto de século depois, esse medo paralisante diminuiu. Hoje, ninguém com menos de 24 anos – ou, em outras palavras, cerca de 513 milhões da população chinesa de

1,3 bilhão de habitantes – se lembra de 1989. Ironicamente, os próprios esforços do regime para abafar a discussão sobre o que aconteceu naquele ano e logo depois – como seus esforços para jogar um véu de silêncio sobre suas represálias mais recentes a movimentos como o Falun Gong – ajudaram a afastar o temor, dissipando a memória. Menos memória significa menos temor e menos temor significa mais dissidência.

Outro problema para o PCC é que a coação preventiva é incompatível com o império da lei que ele vem tentando construir. Nos últimos anos, as precauções contra dissidentes e grupos de manifestantes incluíram violência, buscas ilegais e detenção, prisão domiciliar, perseguição e intimidação para interrogatórios, muitas vezes em flagrante violação às atuais leis chinesas. Sabe-se que essas providências provocaram resultados contrários, concentrando a simpatia do público na defesa dos alvos do regime. Enquanto isso, a falta de uma justificativa legal básica deixou as autoridades de segurança tão ansiosas que, em muitos casos, eles fazem pouco mais do que recorrer ao peso estatal para enfrentar as forças de protesto. Hoje em dia, por exemplo, não é raro a polícia “convidar” os ativistas sob sua vigilância para irem aos quartéis “tomar chá” – um processo que pretende mostrar aos potenciais desordeiros que eles têm sido observados, investigados e alertados pelo Estado. Muitos internautas gostam de publicar on-line suas próprias experiências de “tomar chá”, considerando o recebimento de tal “convite” das autoridades como uma honra e um motivo de orgulho. Logo, uma medida destinada a intimidar se tornou um incentivo para o ativismo.

À medida que cresce o número de dissidentes, a punição está deixando de atingir seu efeito esperado. As pessoas sabem que as punições são reservadas para líderes importantes, como Liu Xiaobo, Guo Feixiong e Hu Jia⁶. Os seguidores enfrentam riscos menores, e há redes sociais que apoiam aqueles que se envolvem em problemas sérios com as autoridades. Mais do que “tomar chá”, ser alvo de repressão se

tornou uma honra e até um meio de acumular capital político, e, por essa razão, mais pessoas estão dispostas a se arriscar.

A Carta 08 – um movimento grande e influente – surgiu apenas dois anos após a repressão governamental de 2006 a manifestantes que faziam greve de fome. O regime sentenciou seu membro mais famoso, Liu Xiaobo, a 11 anos de prisão, mas as forças insurgentes não mostraram nenhum sinal de desistência. Em 2011 e no início de 2012, dezenas de pessoas tentaram visitar o advogado cego e defensor dos direitos Chen Guangcheng (exilado desde então) durante sua prisão domiciliar na província de Shandong. Todos os visitantes – inclusive o ator Christian Bale, que apareceu na imprensa mundial com um vídeo em que é confrontado por agentes de segurança em trajes civis – foram vítimas de assédio das autoridades e, em alguns casos, de ataques físicos. Ninguém realmente atravessou a barreira de contenção para se encontrar com Chen antes que ele deixasse a China em maio de 2012, mas as pessoas se recusaram a ser intimidadas e continuaram tentando. O episódio evidencia os limites da repressão do Estado e, por consequência, da tese de “autoritarismo resiliente”.

Mas expor os limites do que a repressão pode fazer não é o mesmo que formar uma oposição política organizada capaz de enfrentar sistematicamente o regime. Quais são as perspectivas de que essa oposição de fato surja?

Nova Sociedade, Novas Forças

Como se poderia esperar, dada a posição da China como um país em fase de modernização e urbanização, com uma economia dinâmica baseada em mercados e com um forte envolvimento na globalização, ela se tornou um lugar em que as condições favorecem o surgimento de grupos organizados dedicados a lutar contra um Estado autoritário. As forças de repressão estão se reunindo e começando a caminhar na direção do protesto político. As evidências são claras:

1) O público está superando gradualmente a apatia política e o temor. Após a repressão de 1989 e a guinada em direção aos mercados e a uma abertura limitada no início da década de 1990, a indiferença política e uma preocupação em ganhar dinheiro prevaleceram em toda a sociedade chinesa. Mas, em anos recentes, a conscientização sobre a existência de direitos vem aumentando à medida que os cidadãos se cansam de atos estatais desrespeitosos, sejam eles diretos (demolições forçadas de casas) ou indiretos (crescente desigualdade de renda, extrema corrupção e poluição ambiental)⁷. As pessoas querem saber qual é o impacto do governo em suas vidas, inclusive se ele está administrando efetivamente os serviços públicos e proporcionando honestamente os benefícios prometidos.

A promoção de sentimentos nacionalistas pelo PCC fez com que as pessoas se voltassem para a política. Aqueles que nasceram nas décadas de 1980 e 1990 chegaram à idade adulta sem lembranças do trauma político pessoal ou de uma burocracia estatal assustadoramente controladora.

2) Atualmente, há meios de comunicação baseados no mercado que servem como alternativa à antiga mídia dirigida pelo Estado. Na década de 1990, começou a ruir o antigo muro de contenção em torno de notícias, comentários e comunicações sociais em geral. Antes completamente proibidos, os meios de comunicação que não são dirigidos pelo Estado atendem, agora, a uma sociedade mais diversificada, com um apetite crescente por todos os assuntos culturais, recreativos e relacionados a informações diversas. Embora a censura continue, os órgãos da “mídia de mercado” com fins lucrativos (pertencentes ao Estado, mas não rigidamente dirigidos por ele) cada vez mais adaptam seu conteúdo aos gostos, preferências e valores do público. Colunistas e comentaristas muitas vezes analisam as autoridades locais, as políticas nacionais e os vários fenômenos sociais com olhos críticos. Há notícias ao vivo pela televisão e uma cobertura com profundidade dos problemas atuais, inclusive de assuntos que as autoridades prefeririam

que não fossem discutidos. A explosão do uso da internet também estimula partes da “mídia de mercado” – formadas por pessoas que não se identificam com as instituições do partido e que se veem como profissionais independentes – a se tornarem mais audaciosas na apresentação de pontos de vista e reportagens controversas. Os meios de comunicação “de mercado” da China ainda pertencem ao Estado, mas, ainda assim, oferecem uma plataforma mais aberta ao discurso que se afasta da linha oficial do Partido. Por essa razão, podem ser apontados como um dos motivos pelos quais o PCC viu diminuir o seu controle sobre o que os chineses leem, pensam e dizem.

3) O império da lei e a defesa dos direitos estão crescendo em prestígio e importância. Depois de 1978, as reformas do PCC favoráveis ao mercado levaram à desintegração das comunidades e do sistema de “afiliações oficiais”, que colocava a maioria da população sob o controle direto do Estado. Na década de 1990, milhões de trabalhadores e empresários migrantes ajudaram a acentuar essa mudança. O desenvolvimento econômico produziu novas classes sociais inteiras na forma de milhões de empreendedores, proprietários de pequenas empresas, autônomos e funcionários de escritório. O sistema original de controle direto do Estado não pôde se sustentar. O regime do PCC teve pouca alternativa, a não ser se voltar ao império da lei não só como um de seus principais métodos de administração da sociedade, mas também como um complemento importante de suas táticas autoritárias. Assim, a promoção do império da lei se tornou a política oficial do Estado no final da década de 1990.

Para o Partido, o fortalecimento do império da lei é uma faca de dois gumes. Ele é útil ao controle social, mas também cria proteções para as pessoas comuns com as quais as autoridades não estão acostumadas a se preocupar. Na busca por crescimento econômico rápido, o Estado chinês muitas vezes confisca recursos básicos a preços abaixo do mercado e reprime aqueles que, afetados por essa decisão, fazem objeção a ela. O número de descontentes não é pequeno. Ele inclui

trabalhadores demitidos das EEs que receberam uma única e ínfima indenização com base no tempo de serviço, camponeses cuja terra é confiscada sem uma compensação adequada, proprietários que ficam desabrigados quando o governo derruba suas casas para dar lugar a uma ferrovia ou a uma barragem, e assim por diante⁸. Abusos de poder por todos os níveis do governo, bem como a repressão de grupos religiosos pelo Estado, vêm fazendo com que um número expressivo de pessoas adira aos movimentos *shangfang* (petição e apelo). Em resposta à destruição de seus interesses, à retirada de benefícios prometidos e ao sufocamento de diversas vozes, as pessoas têm utilizado novos métodos de “resistência legal”⁹, fazendo uso do atual sistema legal e de medidas mais tradicionais, como, por exemplo, as cartas pessoais de petição. O novo termo *weiquan* (defesa dos direitos) nasceu desse movimento¹⁰.

O movimento de defesa dos direitos se manifesta por meio dos apelos das pessoas em favor de seus interesses individuais, mas, como um todo, envolve um número expressivo de cidadãos de diferentes classes sociais e aborda um vasto conjunto de problemas. O movimento não apenas deu origem a um grupo legal dedicado à defesa dos direitos, mas também transformou pessoas comuns – que, antes, estavam preocupadas somente com seus interesses imediatos – em ativistas que lutam para defender os direitos de um modo mais geral. Intelectuais, ativistas de organizações não-governamentais e indivíduos ligados aos meios de comunicação também se envolveram.

Não há ainda uma organização unificada de defesa dos direitos, porém muitas “microecologias” *weiquan* germinaram e estão mostrando seu potencial. Uma microecologia típica de defesa dos direitos reúne peticionários e advogados (que, muitas vezes, trabalham de graça), jornalistas e ativistas de ONGs. Dissidentes políticos podem surgir entre os peticionários, bem como membros de elites influentes, cuja presença é particularmente útil à mobilização. Nesses grupos soltos, os membros chegam a consensos sobre valores, e, normalmente, fazem o

trabalho de comunicação e mobilização utilizando redes interpessoais e a internet. Em anos recentes, eles se reuniram para protestar contra os discursos de Sun Dongdong e chamar a atenção para a situação legal dos três internautas da província de Fujian que haviam dado visibilidade aos sistemas microecológicos e à capacidade deles de organizar e mobilizar uma dissidência.

4) Apesar dos rigorosos esforços de controle do PCC, a dissidência política resiste. As medidas repressivas de Tiananmen criaram um grupo de dissidentes que, há quase um quarto de século, mantém acesa a chama de protesto. Alguns intelectuais entraram para este grupo por meio da autorreflexão; outros o fizeram por entender que estavam do lado errado de um Estado abusivo, e desejam ver as antigas injustiças reparadas e as futuras, evitadas. A internet tem inspirado as pessoas a se tornarem dissidentes ou pelo menos simpatizantes dos dissidentes. Também há aqueles que são alvo da perseguição religiosa do PCC. Todos esses dissidentes carecem de organizações identificáveis, mas fazem exigências políticas. Eles se mantêm em constante contato uns com os outros e permanecem ativos nos assuntos públicos e nas atividades de defesa de direitos. Quando incidentes ocorrem, eles emitem declarações públicas sobre suas posições. Defendem reformas de vários tipos e ajudam a promover movimentos como a Carta 08. Não há um número vasto de dissidentes, mas alguns pertencem às elites e outros possuem qualidades carismáticas de liderança. O Prêmio Nobel da Paz de Liu Xiaobo fez com que o mundo se interessasse e prestasse atenção a eles. O regime os considera a força de oposição mais formidável que ele enfrenta e tem endurecido seu controle, sujeitando muitos dissidentes a um monitoramento e inspeção especiais.

5) Os trabalhadores migrantes da segunda geração formam uma força trabalhista mais rebelde. Os movimentos trabalhistas não são novidade na China. A obra de Ching Kwan Lee sobre protestos desse tipo anteriores a 2000 indica que o aumento deles é causado pelo ressentimento do trabalhador em relação a estruturas do Estado, gestores

e capitalistas, e é facilitado pelos novos espaços políticos e institucionais que permitem manifestações de interesses pessoais e de ressentimentos¹¹. Desde 2009, importantes greves nas fábricas da Honda e uma série de suicídios entre trabalhadores do enorme complexo da Foxconn Electronics na província de Guangdong, perto de Hong Kong, atraíram considerável atenção do público.

Atualmente, a força trabalhista – e o ativismo associado a ela – é dominada por trabalhadores da segunda geração – isto é, nascidos entre as décadas de 1980 e 1990 –, e uma de suas características é a migração interna entre as regiões do próprio país. Suas expectativas em relação aos direitos individuais são maiores do que as de seus pais. Eles trabalham não somente para alimentar suas famílias, mas também para viver a vida de uma forma gratificante. Eles cresceram nas cidades, mas, oficialmente, ainda são contados como moradores das zonas rurais, e, por isso, com frequência, são deixados de fora de programas voltados ao bem estar social e à previdência. Eles vivem na dura encruzilhada onde as condições necessárias para a manutenção do crescimento econômico da China e de sua competitividade global – postos de trabalho mal pagos e de alta produtividade – se encontram com os sonhos de uma vida melhor. As realidades de longas jornadas de trabalho mal pagas e em condições difíceis, e até perigosas, abastecem continuamente o movimento trabalhista chinês. O ímpeto desse movimento não é político, mas – dado que os governos locais, que premiam a estabilidade, colocam uma forte pressão sobre os trabalhadores rebeldes – os conflitos estão passando de casos de empregado contra empregador para confrontos que colocam diretamente os trabalhadores contra o regime autoritário do PCC.

Surge Uma Rede de Contestação

Nas condições autoritárias atuais, atividades declaradamente contestatórias continuam difusas. Mas várias forças desse tipo conseguiram permanecer conectadas tanto on-line como no “mundo real”,

estabelecendo, assim, uma rede de contestação, com opiniões explicitamente políticas. Dentro dessa rede, as reivindicações não são mais sobre preocupações meramente individuais ou de grupos isolados. Na sociedade chinesa contemporânea, a contestação exhibe as seguintes características:

1) As coalizões são construídas por meio da internet e da mobilização interpessoal. A internet, apresentada ao público chinês no final da década de 1990, tem mais de 400 milhões de usuários na China. Ela multiplicou as oportunidades de expressão livre de censura e reduziu o uso pelo regime do ostracismo e do isolamento social contra cidadãos considerados “perigosos”. A liberdade do mundo virtual encorajou a “mídia de mercado” a realizar reportagens e comentários mais livres. Nos últimos dez anos, a internet se tornou a principal plataforma de notícias e informações, o meio para discursos mais incisivos e audaciosos e também a ferramenta mais eficaz para a mobilização. Desde 2009, as ferramentas escolhidas para se falar sobre dissidência e mobilizá-la tem sido o Twitter e o Sina Weibo (um serviço de microblogs semelhante ao Twitter), nenhum dos quais o Estado tem sido capaz de censurar de modo eficaz em tempo real.

Dissidentes políticos, defensores de direitos e outros ativistas sociais entram na internet para se comunicar em tempo real desde o ano 2000, quando os movimentos politizados de assinaturas on-line começaram a proliferar¹². Declarações são elaboradas e espalhadas on-line; qualquer pessoa pode assinar, seja diretamente ou enviando informações para listas gerenciadas de e-mail. Inicialmente, os tópicos eram sobre incidentes específicos, mas, atualmente, todos os tipos de assuntos politicamente restritos são levantados. Em 2004, um pedido de responsabilização (*accountability*) pelo caso das medidas repressivas em Tiananmen, em 1989, motivou mais de cem intelectuais a afixar suas assinaturas on-line. Quatro anos depois veio a Carta 08, que atraiu milhares de assinaturas e foi manchete no mundo inteiro, programada para ser lançada no mesmo ano das Olimpíadas de Pequim.

Na China, como em toda parte, muitas pessoas se comunicam e se conhecem on-line, e essas interações podem ter um fundo político. Aqueles que participam ativamente das causas de dissidência e oposição organizada também gostam de se relacionar, assim como o acrônimo on-line, em IRL (“in real life” - “na vida real”), e o fazem em refeições, seminários, palestras e outros *weiguan* (encontros de multidões). Em abril e agosto de 2010, o artista e ativista Ai Weiwei ofereceu jantares em Hangzhou e Xangai, respectivamente. O primeiro atraiu quase trezentas pessoas, enquanto o segundo atraiu mil. Mais da metade eram peticionários. Em 2009, ativistas de toda a China organizaram “passeios” pelo distrito de Badong, na província de Hubei, em virtude da possível manipulação pelo Estado de um caso de assassinato local no qual a vítima era um funcionário oficial. (Com os comícios e manifestações formais proibidos, os ativistas optaram por viajar como turistas). Esse foi o primeiro exemplo de um ato coletivo de dissidência, organizado inteiramente por internautas.

Ansioso para controlar a liberdade na internet, o regime adotou medidas, como o vergonhoso Grande *Firewall* da China, para impedir que os dissidentes acessassem informações sensíveis que pudessem ser usadas para promover a contestação política e religiosa. Todavia, programas amplamente disponíveis permitem que muitos “pulem a muralha” e visualizem conteúdos bloqueados. A maioria dos internautas chineses pode não driblar a censura com regularidade, mas – em comparação com o passado – dispõe atualmente de um acesso muito mais livre à expressão e a informações on-line. A internet tornou impossível o desejo do regime de controlar o que os cidadãos podem aprender ou dizer.

Por meio de suas atividades e interações virtuais diárias, bem como por meio da participação em movimentos específicos de defesa dos direitos, os ativistas rebeldes se tornaram bem conhecidos uns dos outros. Os círculos de conhecidos se expandem, os grupos crescem e as ações coletivas se tornam mais fáceis de serem mobilizadas por meio

de redes pessoais. Entre os casos influentes, estão os encontros de 16 de abril de 2010¹³ e 16 de junho de 2010¹⁴, e também o seminário de maio de 2009, organizado por 19 intelectuais em memória do vigésimo aniversário do movimento de 4 de junho de 1989.

A análise dos antecedentes profissionais e regionais dos signatários da Carta 08 revela que pessoas de diferentes estilos de vida estão dispostas a manifestar abertamente suas opiniões políticas e a aceitar as consequências decorrentes disso. Os signatários se reuniram por meio de várias redes interpessoais com demandas e identidades políticas claras e relativamente similares – um indicador de que uma rede de protesto social está surgindo para desafiar o autoritarismo na China.

2) *As forças insurgentes estão se tornando menos reativas e mais proativas.* O rápido crescimento econômico e o crescimento dos mercados trouxeram uma desigualdade maior de renda. Muitos cidadãos se sentem explorados, tanto em termos relativos, como absolutos, e uma parcela crescente da população mostra-se ressentida com o governo. O PCC não tem sido capaz de amenizar esse descontentamento e, aparentemente, o ressentimento cresce de maneira descontrolada. Acessos de raiva ocorrem na forma de incidentes amplamente noticiados, como os mencionados anteriormente, ocorridos em Shishou, Weng'an e Wukan. Esses protestos envolveram muitas pessoas cujos interesses pessoais não estavam diretamente em jogo, e elas o fizeram por se identificarem e apoiarem movimentos cujos princípios elas compartilham.

3) *Uma economia forte não é suficiente para impedir que a dissidência irrompa.* O regime do PCC tem presenciado algumas das taxas de crescimento econômico mais expressivas do mundo durante as últimas décadas, mas nada disso se traduz em legitimidade política¹⁵. Por um lado, mesmo que se leve em conta apenas o campo econômico, o PCC deve continuar excedendo a si próprio: não importa quão rapidamente o crescimento ocorra, as exigências e as expectativas do povo o superarão. Por outro lado, custará caro ao regime se o progresso eco-

nômico cessar: o descontentamento voltado diretamente ao governo aumentaria de modo acelerado até dar origem a enormes disputas, as quais as forças de ordem se veriam obrigadas a conter.

4) A defesa dos direitos econômicos causa disputas políticas. Em geral, controvérsias sobre a defesa de direitos começam quando interesses econômicos são violados, e, geralmente, procuram influenciar os governos locais. Mas, quando a rota das reivindicações falha e os apelos ao império da lei são inúteis, os defensores dos direitos devem mudar de tática, voltando-se à questão da reforma política, caso desejem resguardar seus direitos econômicos. Enquanto isso, sob a influência da Carta 08 e da mobilização de 16 de abril de 2010, também estão crescendo as contestações que apresentam demandas políticas diretas.

O regime autoritário que domina a China praticamente esgotou as medidas de manutenção da estabilidade ao seu comando. A eficácia delas vem diminuindo, enquanto os custos aumentam. Contestações coletivas continuam a crescer à medida que as forças insurgentes se unem. O governo pode lidar com movimentos sociais pequenos – liderados por grupos urbanos da classe média –, mas está totalmente desorientado e incapaz de adaptar seus mecanismos de reação quando o assunto são os grupos dissidentes de grande porte.

A Política da Dissidência

Não pretendemos utilizar uma bola de cristal para afirmar se a China irá, ou não, se tornar democrática. Todavia, propomos que a chave para o entendimento do futuro político da China no curto prazo é compreender a dinâmica entre o Estado autoritário e a sociedade civil. Até agora, o regime tem tido sucesso ao usar o controle direto para impedir o crescimento dos grupos de oposição. No entanto, à medida que o controle do regime se enfraquece enquanto redes emergentes de dissidência se fortalecem, como a dinâmica irá evoluir?

Em primeiro lugar, a vontade permanente e a capacidade do Estado de usar com eficácia instrumentos de repressão continuam sendo os fatores mais importantes. Os ativistas podem estar (e estão) dispostos a se opor às punições e intimidações do regime, mas a escala e a intensidade da repressão são importantes. As revoltas recentes no mundo árabe têm deixado o PCC muito alerta para o perigo de possíveis efeitos de difusão democrática. O aparato de segurança está mais institucionalizado, e sua organização e suas práticas têm sido aprimoradas com o intuito de melhorar a coordenação entre seus vários departamentos. Se o regime optasse por ferramentas repressivas mais seletivas e severas, os dissidentes enfrentariam obstáculos maiores na organização de manifestações.

Com recursos adequados e uma rede de segurança cada vez mais sofisticada, a China não parece sofrer com a falta de meios para aplicar a repressão. Todavia, pode ser complicada a decisão do regime por reprimir, dada a crescente importância política do aparato de segurança. Em 2002, o PCC colocou o Ministério de Segurança Pública da RPC (a polícia nacional da China) sob o comando de um membro do politburo do Partido. Um cargo no poderoso Comitê Permanente do politburo também foi dado ao chefe nacional da segurança interna (o secretário da Comissão Central do PCC para Assuntos Políticos e Jurídicos). Em nível local, os chefes de polícia receberam cargos administrativos superiores e, em muitos casos, dirigem todo o aparato de segurança local.

O maior poder político desfrutado pelos esquemas de segurança, sem mencionar a concentração de tanta autoridade nas mãos da polícia, tornou os “homens fortes” a força mais potente dentro do Partido? Bo Xilai – um membro poderoso do politburo e cuja marca registrada, assim ele dizia, era o uso da força policial de Chongqing para combater o crime organizado – caiu, em 2012, em virtude de um escândalo. É possível que isso tenha aumentado a preocupação dos membros mais altos do partido em relação ao controle dos aparatos de segurança do

Estado. Antes da abertura do XVIII Congresso do Partido, no início de novembro de 2012, a maioria dos governos locais reorganizou suas linhas internas de autoridade de modo que os funcionários judiciários dos postos mais altos (procuradores-gerais e presidentes de tribunais) passassem a estar no mesmo nível dos chefes de polícia.

Na recém-formada liderança do PCC, escolhida no XVIII Congresso do Partido, em novembro de 2012, o posto de líder da segurança interna foi rebaixado para o cargo de membro geral do politburo (ao invés de passar para um posto de nível mais elitizado no Comitê Permanente do politburo). Além disso, a Secretaria Central do Partido, o órgão político encarregado de coordenar os assuntos do PCC, deixou de incluir um representante do setor de segurança. Subordinado a um grupo maior de tomadores de decisão, é possível que o aparato de segurança se torne menos arbitrário e menos propenso a utilizar ataques violentos de repressão.

Por último, mas não menos importante, a rede emergente de dissidentes irá desempenhar seu próprio papel, apesar da forte máquina repressiva do Estado. A importância dessa rede está em sua descentralização e “nivelamento”. A popularidade da Sina Weibo tornou ainda mais fácil para os cidadãos a formação de grupos de contestação e a organização espontânea. Os líderes importam menos, uma vez que as pessoas não precisam mais de empreendedores políticos para mobilizá-los e uni-los; as redes de dissidência (sejam on-line ou interpessoais) podem cumprir esse papel. Isso significa que o Estado não será capaz de suprimir as redes de dissidência atacando um punhado de figuras centrais. Os membros comuns (e, em uma rede uniforme, todo mundo é um membro “comum”) permanecerão cientes sobre e disponíveis para movimentos de contestação, e a prisão de algumas pessoas não mudará isso. Sem alvos claros, o aparato de segurança será menos útil, ou, de qualquer modo, parecerá assim. O regime autoritário que domina a China mostrou-se altamente adaptável no passado, e talvez suas forças policiais surjam com novos meios para se adaptarem tam-

bém aos problemas da interligação das redes de contestação e à velocidade do Twitter.

O relacionamento entre o regime do PCC e as redes chinesas dedicadas à luta democrática continuará sendo uma fonte de conflito. O aparato do Estado está se tornando um pouco mais fraco, mas ainda é forte, enquanto os grupos da sociedade civil têm um poder limitado, mas uma grande flexibilidade organizacional e a vontade de fazer persistentes demandas políticas. Quando um Estado autoritário resiliente enfrenta uma rede de dissidência resiliente, quem se mostrará mais à altura do desafio: uma nova liderança do partido dominante ou uma sociedade chinesa dinâmica e em contínuo desenvolvimento?

NOTAS

Os autores agradecem a Dingxin Zhao e Dali Yang, da Universidade de Chicago, pelas muitas ideias valiosas. Eles também agradecem a Yu Xunda, da Universidade de Zhejiang, por revisar e comentar os primeiros rascunhos. Zhenhua Su agradece ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago por ajudá-lo na revisão deste trabalho quando ele era um estudante visitante em 2010–11.

1. Andrew J. Nathan, “China’s Changing of the Guard: Authoritarian Resilience,” *Journal of Democracy* 14 (Janeiro de 2003): 6–17.

2. Thomas Lum, *Problems of Democratization in China* (Nova York: Garland, 2000); Merle Goldman, *From Comrade to Citizen: The Struggle for Political Rights in China* (Cambridge: Harvard University Press, 2005).

3. Yongshun Cai, “Civil Resistance and Rule of Law in China: The Defense of Home-owners’ Rights,” in Elizabeth J. Perry and Merle Goldman, eds., *Grassroots Political Reform in Contemporary China* (Cambridge: Harvard University Press, 2007), 174–95.

4. A apresentação de petições é o sistema administrativo pelo qual são registradas as queixas e injustiças dos cidadãos chineses. De acordo com o sistema, a Secretaria

de Estado para Cartas e Ligações e seus escritórios locais estão autorizados a receber cartas, ligações e visitas de indivíduos ou grupos que trazem sugestões, queixas ou injustiças. Os membros dessas equipes devem encaminhar os apelos aos departamentos apropriados e monitorar o andamento de sua resolução, mantendo os reclamantes informados sobre o andamento desses processos. O Departamento de Cartas e Ligações é muitas vezes o último recurso legal que as pessoas têm para resolver seus conflitos com o governo e tem atraído inúmeros peticionários ativos.

5. *Shehui Kexu Bao*, 27 de maio de 2010.

6. Guo Feixiong é um ativista social que regularmente oferece assistência jurídica a peticionários que defendem direitos. Ele foi detido e torturado de 2006 a 2007, e, em novembro de 2012, foi condenado a cinco anos de prisão. Hu Jia é um ativista chinês que se dedicou ao movimento da democracia chinesa, ao ambientalismo e à prevenção do HIV/AIDS. Hu foi detido depois do Natal de 2007 e sentenciado a três anos e meio de prisão na primavera seguinte.

7. Merle Goldman, *From Comrade to Citizen*.

8. David Zweig, “To the Courts or to the Barricades? Can New Political Institutions Manage Rural Conflict?” in Elizabeth J. Perry e Mark Selden, eds., *Chinese Society: Change, Conflict and Resistance*, 2ª edição (Londres: RoutledgeCurzon, 2003), 132.

9. Kevin J. O’Brien e Lianjiang Li, *Rightful Resistance in Rural China* (Cambridge: Harvard University Press, 2006).

10. Jean-Philippe Bêja, “China Since Tiananmen: The Massacre’s Long Shadow,” *Journal of Democracy* 20 (Julho de 2009): 5–16.

11. Ching Kwan Lee, “Pathways of Labor Insurgency,” in Perry e Selden, *Chinese Society*, 71.

12. Bêja, “The Massacre’s Long Shadow.”

13. Em 16 de abril de 2010, ativistas de toda a China se reuniram em torno do tribunal do Distrito de Mawei, Cidade de Fuzhou, capital da Província de Fujian, onde os três internautas estavam sendo julgados. Esses ativistas distribuíram folhetos e pacificamente protestaram contra o julgamento. A campanha atraiu uma grande cobertura on-line.

14. Em 16 de junho de 2010, a ativista defensora de direitos e advogada Ni Yulan, que, recentemente, havia sido libertada depois de cumprir dois anos de prisão por protestar contra o confisco de sua casa pelo Estado, foi detida novamente pela polícia quando participava de comícios com outros ativistas. Os ativistas presentes, juntos com outros mobilizados por meio do Twitter, rapidamente se reuniram em torno da delegacia de polícia de Donghuamen, onde Ni estava sendo detida, e enfrentaram a polícia durante o protesto.

15. Zhao Dingxin, *Guojia Shehui Guanxi Yu Bajiu Beijing Xueyun* [Relações entre Estado e sociedade e o movimento estudantil de Pequim em 1989] (Hong Kong: Imprensa da Universidade Chinesa de Hong Kong, 2010).

O Putinismo sob Cerco:

IMPLOÇÃO, ATROFIA OU REVOLUÇÃO?*

Lilia Shevtsova

*Lilia Shevtsova dirige o Programa de Política Doméstica e Instituições Políticas da Rússia, do Centro Carnegie de Moscou. Entre seus livros estão *Change or Decay: Russia's Dilemma and the West's Response* (em coautoria com Andrew Wood, 2011). Seu trabalho "What's the matter with Russia?" foi publicado na edição de janeiro de 2010 do *Journal of Democracy*.*

A onda de protestos em massa desencadeada pelas eleições parlamentares de dezembro de 2011 e pelas eleições presidenciais de março de 2012 na Rússia pôs um fim ao *status quo* pós-comunista. A agonia do regime de Vladimir Putin é aparente, mas não sabemos ainda se a marcha fúnebre já soou para o "sistema russo". Baseado no personalismo, na fusão de poder político e recursos econômicos e em um modelo estatal-militarista de autoridade que se autoperpetua, esse sistema pode ter chegado ao fim. Mas também pode ser o caso de a sociedade russa ainda ter um longo caminho a percorrer antes que se possa dizer que ela rompeu com o resistente legado de um passado autoritário.

Além disso, o que exatamente irá substituir o atual sistema personalista (*system of personalized power*)? E essa substituição – qualquer

*Publicado originalmente como "Putinism Under Siege: Implosion, Atrophy, or Revolution?", *Journal of Democracy*, Volume 23, Número 3, Julho de 2012 © 2012 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

que seja ela – entrará em cena *antes* que o sistema comece a se desfazer? Ninguém pode afirmar. Podemos ter certeza, no entanto, de que a transformação da Rússia só virá quando seus cidadãos fizerem pressão suficiente, e também de que a trajetória da Rússia terá implicações não somente para a ordem internacional, mas também para as perspectivas democráticas em todo o espaço pós-soviético.

A superfície normalmente plácida da vida política russa entrou em um turbilhão no dia 5 de dezembro de 2011, quando cidadãos indignados encheram as ruas das grandes cidades do país para protestar contra a eleição para o preenchimento das 450 vagas do parlamento russo realizada no dia anterior. Assim, teve início um período de três meses de rebelião contra as autoridades. O “Movimento de Dezembro” começou como uma reação pública espontânea à fraude eleitoral que favoreceu o partido Rússia Unida (que é mais um sindicato de burocratas do que um partido), aliado ao Kremlin¹. Mesmo sem manipulação na contagem dos votos, as eleições parlamentares não foram livres e honestas: alguns partidos de oposição tiveram seus registros negados e foram proibidos de concorrer. Outros conseguiram o registro – como, por exemplo, o Yabloko –, mas lhes foi negada a oportunidade de fazer campanhas completas. Oficialmente, a Rússia Unida obteve 49,3% dos votos (238 cadeiras), enquanto os comunistas receberam 19,2% (92 cadeiras), o partido Rússia Justa, 13,2% (64 cadeiras), e o Partido Liberal Democrata da Rússia (PLDR), de Vladimir Zhirinovsky, de extrema direita, 11,7% (56 cadeiras). Porém, especialistas independentes provaram que, na realidade, dificilmente o percentual de votos do partido do Kremlin poderia ter sido superior a 35%².

A explosão de protestos em massa contra a fraude eleitoral não mudou a postura do Kremlin em relação às eleições. Um sistema baseado em “regras incertas, mas resultados certos” não pode permitir uma concorrência genuína. A eleição presidencial de março de 2012 – que levou Putin de volta ao posto político mais alto do país após um período como primeiro-ministro – deixou isso bastante evidente. O

próprio Kremlin escolheu os adversários de Putin e impediu que rivais potencialmente perigosos entrassem na disputa. Dois dos adversários escolhidos a dedo (o líder do Partido Comunista, Gennady Zyuganov, e Zhirinovskiy) são parceiros estratégicos do Kremlin desde o tempo de Yeltsin. Um outro – Sergei Mironov, do partido Rússia Justa – é aliado de Putin há anos. Quanto ao oligarca Mikhail Prokhorov, seria pouco provável que se arriscasse a entrar na disputa sem a aprovação do Kremlin, ainda mais com a prisão de Mikhail Khodorkovsky como um exemplo do que acontece aos oligarcas que se atrevem a tomar atitudes verdadeiramente independentes.

A escolha desses adversários deveria dar à campanha de Putin a aparência de uma luta política capaz de legitimar sua “vitória” e permanência no poder. O próprio Putin fez uso de sua posição de primeiro-ministro para explorar um arsenal de recursos do Estado, que variaram de tempo de televisão a incentivos financeiros e medidas repressivas para subornar ou intimidar os eleitores. Putin obteve oficialmente 63,6% dos votos, mas – também nesse caso – houve fraude generalizada. Fontes independentes calculam que, na verdade, ele obteve cerca de 46% dos votos totais e apenas 40% em Moscou³.

O descontentamento em massa chocou o Kremlin, que, em um primeiro momento, fez-se valer de suas táticas habitualmente severas. A polícia dispersou a manifestação de 5 de dezembro e, de uma forma nada gentil, prendeu centenas de manifestantes. Mas, ao invés de apagar o fogo, a dura reação apenas o alimentou. Surpresos, observadores russos e estrangeiros perceberam que a população urbana instruída estava completamente alienada em relação a seu governo. Um sistema que parecia estável e resistente revelava-se, então, mais frágil e quebradiço do que muitos pensavam⁴.

As datas dos maiores protestos foram 10 e 24 de dezembro, 4 de fevereiro, 5 e 10 de março. Os números não atingiram os níveis recordes de 1990-91 – quando cerca de meio milhão de pessoas ocuparam as ruas de Moscou –, mas, após duas décadas de sonolência, foi uma

verdadeira reviravolta haver de 70.000 a 120.000 pessoas em uma manifestação. “Cidadãos zangados” começaram a se distribuir em piquetes, em carreatas de protesto pelas principais ruas de Moscou e São Petersburgo e – em uma tática tomada emprestada dos ativistas pela independência do Estado Báltico na década de 1980 – na formação de correntes humanas.

A principal reivindicação dos manifestantes era “Por Eleições Honestas!” – um lema destinado a unir os membros de várias correntes políticas, inclusive os nacionalistas. Os líderes da manifestação, escolhidos por votação on-line, listaram cinco exigências: 1) libertação de todos os prisioneiros políticos; 2) demissão do chefe da Comissão Central de Eleições, Vladimir Churov, e investigação de todas as reclamações de fraude eleitoral; 3) anulação de todos os resultados considerados fraudulentos; 4) registro dos partidos de oposição; e 5) realização de novas eleições parlamentares. Movimentações posteriores adicionaram novas reivindicações por uma “reforma política abrangente” e por observadores independentes para a eleição presidencial.

Inicialmente, os dezembristas não chegaram a colocar em xeque a pedra angular do sistema – o monopólio executivo do poder, consolidado na Constituição de 1993 – e se contentaram em reivindicar regras honestas de jogo dentro da estrutura personalista de poder. Todavia, não demorou muito para que essa situação sofresse uma reviravolta e esses manifestantes passassem a denunciar o próprio regime de Putin. As crescentes demandas por uma expressiva reforma indicavam que o movimento estava cada vez mais se voltando contra o sistema e que a sociedade russa estava começando a entender a necessidade de uma mudança abrangente em relação a princípios básicos.

A raiva generalizada derrubou a imagem de uma sociedade russa apática e desmoralizada. A base do Movimento Dezembrista é ampla e inclui uma vasta variedade de residentes urbanos descontentes oriundos dos vários níveis de renda, faixas etárias e preferências políticas. Os manifestantes não são exclusivamente da classe média, mas são

bem instruídos (70% concluíram o ensino médio)⁵. Parece que o regime de Putin contrariou o que pode ser chamado de parte mais avançada ou “moderna” da sociedade russa, acabando, assim, com suas esperanças de uma modernização “de cima para baixo”.

Causas e Ímpeto

Foi só a fraude eleitoral que desencadeou os protestos? Eleições fraudulentas já haviam ocorrido antes na Rússia pós-soviética: sob o regime de Boris Yeltsin, durante os dois primeiros mandatos de Putin como presidente e no governo de Dmitri Medvedev. Todavia, nenhuma delas levou a contestações em massa. Precisamos separar as causas dos protestos de seus agentes catalisadores. O descontentamento com o regime de Putin entre a população urbana instruída vem aumentando há algum tempo, à medida que as pessoas testemunham o cinismo, a corrupção nada velada, a forte arrogância oficial e a imobilidade geral exibida em seu governo. Ao final do segundo mandato de Putin (entre 2006 e 2008), as bases de seu acordo implícito com o país estavam começando a se desgastar. Os setores mais ativos e dinâmicos da sociedade queriam mais do que a oferta de estabilidade do Kremlin, baseada em olhar para o passado e permanecer dentro dos estreitos limites dos velhos mitos sobre a Rússia e o mundo. As pessoas começaram a se cansar da ideia de que deveriam ficar contentes enquanto as autoridades deixassem que ganhassem suas vidas, em troca de ficarem fora da política e reconhecerem que as autoridades têm a palavra final sobre assuntos de direito de propriedade, tornando a corrupção um lubrificante essencial quando surgem atritos.

Inevitavelmente, chegou um momento em que a fórmula de Putin para a “paz social” não satisfazia mais uma grande parcela da população. Muitos interpretaram que esse pacto não poderia garantir-lhes oportunidade, prosperidade e nem mesmo segurança básica. Além disso, Putin não tinha nenhum senso dos tipos de melhorias sociais que poderiam dar aos jovens algum auxílio na superação de suas dificulda-

des e uma chance para se aprimorarem. A crise econômica e financeira de 2008 – e o modo como Putin e sua equipe reagiram a ela, mantendo sua própria riqueza e a dos oligarcas próximos a eles – colocaram em destaque as falhas de seu modelo.

Com toda a conversa sobre modernização sob a presidência de Medvedev, a corrupção apenas fortaleceu seu domínio e se aprofundou no sistema, aumentando o entendimento do público de que o país estava em um beco sem saída e que seus dirigentes eram incapazes de realizar uma mudança genuína. O legado de Medvedev se parece muito com o de Leonid Brezhnev, que governou a URSS de 1964 até sua morte, em 1982. Na época de Brezhnev, a distância entre as declarações do líder e a vida real se tornou tão grande que as pessoas já cansadas de padrões duplos e dissonâncias cognitivas rejeitaram totalmente o sistema soviético.

Duas outras circunstâncias também desempenharam um papel fundamental no crescimento da hostilidade ao regime, hostilidade esta que estava se formando abaixo da tranquila superfície. A primeira foi a proeminência de uma geração mais jovem que cresceu sob o governo de Putin e que estava livre de complexos soviéticos, da nostalgia e do medo. A segunda foi a ascensão da internet. Lembro-me de minha decepção com os jovens russos na primeira década de Putin no poder, quando fiquei perplexa com seu conformismo e desejo de achar lugares dentro do sistema a qualquer custo. Inesperadamente, muitos membros dessa geração passaram a ter um novo olhar sobre suas vidas e perspectivas. Eles transformaram o anteriormente popular Putin, primeiro, em objeto de zombaria e, mais recentemente, de puro desprezo.

Quanto à internet, ela não só facilitou a organização de protestos, como também ajudou a formar uma visão alternativa do mundo e uma outra cultura política. Milhões de russos que obtêm notícias e informações on-line começaram a ver o governo como um antagonista. Com novas formas de imprensa e outras ferramentas independentes de comunicação, eles puderam criar comunidades de opinião “fora” do

controle do Estado russo. Tudo isso teve importância, muito embora tenha rapidamente ficado evidente que o ativismo on-line nunca poderia substituir as formas mais tradicionais de participação política do “mundo real”.

O ímpeto inicial para transformar o sentimento de insatisfação em ação veio em 24 de setembro de 2011, quando Putin e Medvedev anunciaram que haviam planejado o tempo todo trocar os cargos, de modo que Putin, com seu cargo preservado por seu confederado mais jovem, pudesse uma vez mais se tornar presidente. Para milhões de russos, essa revelação de que os mais altos cargos do país estavam sendo tratados como joguetes pessoais foi como um tapa na cara e um soco na dignidade nacional. O povo, até então calado, decidiu que não podia mais segurar sua língua. A fúria que estava crescendo ao longo do tempo se transformou em disposição para um protesto aberto.

As autoridades não perceberam que as grandes cidades já haviam se cansado de Putin e não queriam vê-lo de volta ao Kremlin. As eleições deram ao povo a chance de participar do processo político oficial, e a fraude que se seguiu lhe deu fundamentos para manifestar de uma forma aberta e legal seu descontentamento. Preocupado com sua legitimidade, o Kremlin não podia simplesmente dissolver os protestos pela força (embora tenha feito isso depois, quando uma nova rodada de manifestações irrompeu em maio de 2012).

Como os protestos da “Primavera Árabe” – que começaram um ano antes –, os protestos russos iniciados em fins de 2011 têm demonstrado um forte componente ético, dado que as pessoas exigem que o Estado respeite seus direitos e sua dignidade como cidadãos. O “movimento pela dignidade” na Rússia pôs em evidência uma nova geração de líderes civis. Esses líderes desempenharam um papel ambíguo na evolução do movimento. Eles tentaram manter os protestos moderados e amigáveis, evitando o que consideravam ser uma politização excessiva. (A primeira plataforma ideológica das manifestações era tão confusa que até um ex-ministro do gabinete e o chefe de uma empresa estatal se juntaram a ela). A agenda vaga pode ter ajudado a ampliar a

base dos protestos, porém à custa do enfraquecimento de seu potencial transformador. Além disso, o confronto aberto com o Kremlin requer um grau de coragem e autossacrifício para os quais os líderes civis e muitos manifestantes urbanos não parecem prontos.

Também há dúvidas sobre até onde a classe média russa deseja chegar na mudança do sistema. Um modelo de democratização associado ao trabalho de Samuel P. Huntington pressupõe que os cidadãos de classe média se tornam uma força rumo à maior autonomia e liberdade política nos ambientes autoritários à medida que crescem sua interferência e prosperidade econômicas. Isso pode não ser tão simples na Rússia, onde uma boa parcela da classe média vive à custa de seu papel de prestadora de serviços à burocracia do Estado ou a grandes empresas estatais, como a Gazprom. Para esses indivíduos, os protestos podem ser menos relacionados à transformação do sistema e mais à obtenção de acordos melhores em seu interior.

O desejo do movimento de preservar suas raízes cívicas emana da visão, recorrente na Rússia, de que política é um jogo sujo. Em alguma medida, tal movimento foi resultado da frustração de parte da oposição que se encontra fora do sistema ou que é contrária a ele. Essa oposição “antissistema” não conseguiu obter uma ampla base de apoio político – não que formá-la fosse fácil, dada a associação de Putin com anos de crescimento econômico. Além disso, a maioria dos líderes da oposição contra o sistema é vista como uma relíquia da época de Yeltsin, a qual é amargamente lembrada por muitos russos. Outra opinião comum em relação a essas lideranças é que suas ambições conflitantes e sua incapacidade de concordar em um programa comum impediram-nas de se tornar uma força poderosa. Dito isso, tais líderes e grupos ainda merecem crédito por manterem acesas as chamas do descontentamento durante os difíceis anos de repressão de Putin. A capacidade do Movimento Dezembrista de implantar seus mecanismos tão rapidamente deveu-se, acima de tudo, ao envolvimento crucial da oposição antissistema nas primeiras mobilizações.

No entanto, após a eleição presidencial de 4 de março de 2012, ficou claro que a agenda de protestos estava se enfraquecendo. As autoridades não atenderam uma única reivindicação deembrista. Continuar enchendo as ruas com as mesmas reivindicações não teria feito nenhum sentido e teria deixado apenas o movimento paralisado, quando o que precisava era tomar fôlego.

As Realizações do Movimento, e seus Limites

Podemos tirar várias conclusões da primeira rebelião russa do século XXI. Primeiro, o Movimento Deembrista nunca teve a chance de realmente provocar uma mudança no sistema ou no regime russo. Não havia nem uma liderança unificada, nem um programa claro, e, como vimos, havia uma falta de apetite por politização. Todavia, em apenas alguns meses, os protestos mudaram o clima político da Rússia e marcaram o fim da indiferença pública em relação à política. A dissidência do povo desferiu um sério golpe no sistema personalista, abalando suas bases e acelerando seu processo de perda de legitimidade. Os protestos viram antigas ilusões e tabus começarem a ruir, inclusive a esperança de que as autoridades entendessem a necessidade de mudança e se dispusessem a persegui-la. Os protestos mostraram que uma nova geração estava entrando em cena, uma geração relutante em continuar vivendo na dependência enfadonha de Putin. Durante os protestos, essa geração criou um grupo de novos líderes. Eles não trazem mais no sangue o tradicional medo das autoridades e têm o potencial para elevar a outros patamares novos tipos de protestos populares.

Há muito tempo acostumado com uma sociedade apática e despreparado para qualquer descontentamento sério, o Kremlin, inicialmente, escolheu o pior meio possível de reagir: ele endureceu. Chocado e aparentemente confuso, Putin piorou as coisas insultando os manifestantes. As autoridades logo recuperaram a compostura e começaram a controlar os danos. Com uma mão, elas enfrentaram a repressão com mais cuidado. Com a outra, distribuíram informações sob o regime,

procuraram atrair formadores de opinião e personalidades públicas populares – convidando-os para encontros com Putin e Medvedev ou para participações em grupos de discussão patrocinados pelo regime – e tentaram dividir a oposição e desacreditar seus líderes. Essas táticas eram conhecidas, mas a agressividade e o desespero que as estimulavam eram algo novo. As autoridades tentavam freneticamente salvar o que restava da legitimidade do sistema que desaparecia rapidamente.

A equipe de Putin decidiu diminuir a utilização da força (que, em todo caso, havia sido usada com mais frequência nas províncias) em favor de um método mais suave que envolveria o Movimento Dezembrista em um sufocante abraço oficial. Medvedev enviou ao Parlamento um pacote de projetos de lei de aparência “liberalizante”, sem nenhuma possibilidade de pôr em risco o forte domínio do governo sobre o poder⁶. As autoridades começaram a repetir slogans de protesto, enviando seus manifestantes pró-Kremlin – geralmente, trabalhadores estatais trazidos de ônibus – para as ruas, para gritarem “Por eleições limpas!”. Toda vez que os dezembristas se reuniam em um evento, o Kremlin imediatamente fazia o mesmo. Se a oposição realizasse uma carreata de protesto, os seguidores de Putin faziam a mesma coisa em favor do Kremlin. Se os manifestantes enchessem uma praça da cidade, eles podiam ter a certeza de que o Kremlin encheria outra praça com um número ainda maior de seus próprios seguidores, a maioria dos quais era paga por sua participação.

Com tudo isso, o Kremlin continuava insistindo que os dezembristas eram fantoches e mercenários estrangeiros pagos pelo Ocidente para fomentar outra “revolução colorida” e que a luta do regime contra eles era, de fato, uma luta nobre para preservar a honra e a independência da Rússia. Também nesse caso, o Kremlin não podia propor nada novo. Como sempre na Rússia, quando as autoridades se sentem pressionadas, elas repetem o velho refrão da “fortaleza sitiada” e iniciam uma busca por inimigos internos e externos. Aos olhos do Kremlin,

o principal inimigo é a oposição liberal supostamente financiada pelos Estados Unidos. A falta de evidências que apoiem essas afirmações nunca incomodou o partido dominante. Seus manipuladores de opinião parecem achar que, se esse tipo de propaganda funcionou no passado, vai funcionar agora – e ainda mais, já que o antiamericanismo atende aos próprios pontos de vista de Putin.

Surpresos com a nova agressividade de Putin, os observadores ocidentais se apressaram em publicar notas para tranquilizar o público, indicando que não se pode acreditar piamente na retórica do Kremlin. O discurso do líder russo seria apenas parte de uma campanha eleitoral e não faria com que Moscou abrisse mão de seu costumeiro pragmatismo. Mas a realidade não é tão simples. À medida que sua legitimidade se enfraquece, Putin e sua equipe veem o seu controle sobre o poder escapar-lhes de modo irreversível. Nesse cenário, o comportamento de “fortaleza sitiada” se torna uma ferramenta básica para tentar salvar não apenas o regime, mas também todo o sistema personalista.

A forte preocupação das autoridades se refletiu claramente na decisão do Kremlin de tomar a arriscada medida – emprestada de Nicolae Ceausescu, da Romênia, e de Viktor Yanukovych, da Ucrânia – de defender as províncias contra a capital e usar provincianos a favor do regime para intimidar os dissidentes. Para o próprio Putin, balançar o barco russo dessa forma é um sinal de quão limitados são realmente os recursos do Kremlin. Tentar manter o *status quo* tomando medidas que poderiam minar a estabilidade cheira a desespero e não parece ser uma postura vencedora no longo prazo.

O Kremlin recorreu ao paradigma estatal-militarista que, há séculos, mantém a Rússia presa ao domínio de czares e autoridades do regime. Vinte anos depois da queda soviética, a elite russa não encontrou uma nova forma de governo. Em vez disso, ela está tentando prolongar sua estada no poder, voltando a combater inimigos imaginários e espalhando um clima de confronto civil.

Todavia, as contradições são surpreendentes. Estamos falando, afinal, de uma elite política que se integrou confortavelmente a um modo de vida ocidental, enquanto tenta manter seu próprio país preso dentro de um sistema que deveria ter sido descartado há muito tempo. A onda de protestos mostrou que está esgotado esse método outrora aparentemente eficaz de, a um só tempo, controlar a sociedade e projetar uma imagem de pertencimento à civilização ocidental. O Kremlin começou a procurar um novo equilíbrio entre a agressividade antiocidental e sua necessidade de manter ligações com o Ocidente, as quais possibilitam às elites russas uma vida confortável. O sucesso do Kremlin na busca por esse novo equilíbrio depende da disposição ocidental em manter, ou não, sua política de conivência tácita com o grupo dominante russo.

Tarde Demais para Reformas

Em março de 2012, a maré de agitações pareceu baixar. Após o apaziguamento dos protestos, a sociedade russa parecia desorientada e confusa, enquanto as autoridades começavam a recuperar (pelo menos superficialmente) seu costumeiro ar de autoconfiança. O campo da oposição ficou dividido entre o que havia sido realizado até aquele ponto e qual seria o próximo passo. Todavia, a atmosfera de calma era ilusória. No dia 6 de maio, milhares de moscovitas – acompanhados por visitantes de outras cidades – encheram as ruas da capital para protestar contra a posse de Putin. Dessa vez, as autoridades os dispersaram com brutalidade, capturando e prendendo centenas. Pela primeira vez, os manifestantes lutaram com a polícia e inventaram novas formas de resistência destinadas a ocupar as praças da cidade. Uma etapa nova e mais antagônica havia começado no confronto entre o Kremlin e a sociedade.

À primeira vista, pode-se ter a impressão de que o personalismo pode continuar. O comércio de *commodities* continua abastecendo os cofres do Estado. A elite volta a se animar com as ideias de que o problema ainda está muito distante e que os protestos podem ser sufoca-

dos com medidas repressivas – e os altos membros dessa elite sabem que podem fugir da Rússia caso ocorra um cataclismo. Brigas e lutas internas ameaçam consumir a oposição. O antagonismo nacionalista contra os não-eslavos (particularmente os migrantes domésticos do norte do Cáucaso) parece ser capaz de proporcionar um canal promissor pelo qual as autoridades possam direcionar as paixões populares, ainda que o Kremlin se preocupe com o fato de a exploração política do nacionalismo ter seus limites e poder ficar fora de controle.

A nostalgia imperial – ainda forte em algumas regiões – reduz o descontentamento político (Putin é um defensor da pretensão da Rússia ao *status* de grande poder). O mesmo acontece com a atomização, a desmoralização e a degradação enraizadas na sociedade russa. Tudo isso se reflete na perda das antigas relações culturais e na difusão de males sociais – indicados por altas taxas de alcoolismo, aborto, assassinato, suicídio, esfacelamento familiar e mortalidade masculina prematura – que atormentam a Rússia e que afastam grandes segmentos da sociedade russa do ativismo em nome da dignidade cívica. E há também o peso inerte da enorme burocracia governamental contrária a mudanças.

Não devemos menosprezar o papel desempenhado pelo medo nesse sistema. Os segmentos mais vulneráveis da sociedade se mantêm fiéis ao Estado e sentem-se apavorados com a perspectiva de qualquer mudança. As elites e os intelectuais se preocupam com uma revolta cega vinda de baixo, mesmo tendo comportamentos que a tornem mais provável. Os liberais temem que qualquer liberalização real cause o colapso do Estado, assim como a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. “A Rússia”, eles alertam, “é apenas uma URSS menor”. Deve-se admitir que esse temor não é infundado: a Rússia continua a ser um “império meio congelado”, que inclui segmentos incompatíveis (a Chechênia, por exemplo) cuja participação na República Russa não resistirá à sua liberalização. A propósito, o exemplo checheno não mostra que a Rússia já começou efetivamente a perder território mesmo sem a liberalização?

Temerosos, sem novas estratégias e inseguros quanto à natureza da mudança política e suas implicações, os poderosos grupos de interesse entrincheirados na elite e nos círculos intelectuais estão tentando se convencer de que o atual regime tornar-se-á, de algum modo, uma força em direção à mudança. Por essa razão, escuta-se, agora, o argumento de que “Putin 2.0” se verá forçado, querendo ou não, a fazer a reforma, devendo, portanto, ser apoiado. Entretanto, se Putin está destinado a se tornar o transformador da sociedade russa, por que não o fez antes? Certamente, os líderes podem mudar de curso quando estão sob pressão, mas o que a Rússia precisa é de uma reviravolta em todo o sistema, e não apenas de uma correção de rumo. Até agora, a experiência russa mostrou que reformas “de cima para baixo” só tornam a autocracia mais eficaz na contenção da transformação. O monopólio do poder pela equipe de Putin é a principal fonte de degradação do país. Somente uma mudança para um cenário de concorrência política justa e honesta pode abrir o caminho para a resolução desse problema. Mas irá Putin abdicar? E, se ele está pronto para uma verdadeira mudança, por que não começou com uma eleição presidencial honesta?

Quanto à ideia, apoiada por alguns liberais, de que a modernização econômica no fim das contas trará a liberalização política em seu rastro, deve-se lembrar que as autoridades têm trabalhado na modernização da economia há anos; mas com quais resultados? Qualquer noção de “modernização”, com o significado de fortalecer o controle do Estado e o poder do monopólio sobre a economia, não pode, por definição, significar liberalização. Como as mais básicas medidas “economicamente racionais” – como, por exemplo, o combate à corrupção – podem ser tomadas quando o parlamento se transformou em um circo e tribunais independentes e meios de comunicação se encontram enterrados sob espessas camadas de manipulação e intimidação? No entanto, lamentavelmente, a “modernização de cima para baixo” continua popular entre alguns liberais russos iludidos, os quais parecem

fascinados pela ideia de transformar a Rússia em uma versão mais fria da Cingapura de Lee Kuan Yew.

Outro mito precioso para aqueles que acham que o *Titanic* russo pode se manter ativo é a crença em uma reforma “gradual”. Os adeptos do “curso gradual” afirmam que a reforma deverá começar em áreas selecionadas, como educação, saúde e agricultura, e só então se espalhar. Mas como reformar esses setores sem acabar com os monopólios e abri-los à concorrência e sem o império da lei e tribunais independentes? O monopólio do poder pelas autoridades impossibilita qualquer reforma, mesmo limitada a esses setores.

As manobras táticas das autoridades e os mitos espalhados pelos propagandistas do Kremlin não podem mais dar conta de uma crise que já começou. A suposta adaptabilidade do “sistema russo” mostrou-se uma ilusão: mudanças superficiais não podem mais esconder uma rigidez mais fundamental. O sistema não garante aos russos nem segurança pessoal, nem bem estar econômico, nem um senso de dignidade civil. O sistema só funciona para satisfazer grupos de interesse à custa da sociedade em geral. Os “paraquedas dourados” que as elites mantêm na forma de ativos guardados no Ocidente provam que nem mesmo elas acreditam na sustentabilidade da atual ordem política. O paradoxo é que sustentar o *status quo* significa acelerar a queda do sistema, mas as tentativas de atualizá-lo sem liquidar sua base (o personalismo) ameaçam causar o seu colapso, nada diferente do que aconteceu com o comunismo em 1991. Todavia, uma recusa em atualizá-lo – uma adesão ao imobilismo – aumentará a ameaça de uma súbita implosão, a qual poderá ser sangrenta, dada a presteza do Kremlin em recorrer à violência.

O retorno de Putin ao Kremlin mostra que seu séquito quer se agarrar para sempre a seu monopólio. Como o próprio Medvedev declarou, o principal instrumento do grupo para resolver os problemas da Rússia é a decisão de “não abandonar o poder” nos próximos dez ou quinze anos, pelo menos. Para eles, abrir mão do controle político poderia

significar não só a perda de bens, mas também a perda da liberdade ou até da vida. As luzes se acenderam tarde no Kremlin durante a Primavera Árabe e conclusões foram tiradas: perca seu controle do poder e acabará como Hosni Mubarak ou Muammar Kadafi. Os atuais governantes da Rússia não querem se tornar outra variação do tema “os autoritários acabam mal”, embora, quanto mais fortemente se agarrarem ao Kremlin, mais tornam provável e perigoso um pouso difícil.

As dúvidas permanecem: poderá a Rússia, como um Estado-Nação, sobreviver mesmo que o “sistema russo” se degenere e se desfaça? Qual preço os cidadãos comuns serão obrigados a pagar? O Estado e o país se fragmentarão ou de algum modo permanecerão inteiros mesmo que sejam renovados? Poderemos ter respostas para essas perguntas mais cedo do que pensamos.

O Fim da Matriz Russa?

Olhando para a Rússia depois dos protestos que se seguiram às eleições, é possível que tenha ficado a impressão de que o estado “normal” de esquecimento letárgico estava se fixando mais uma vez em todo o país. As pessoas se comportam como se aceitassem a continuação do governo de Putin, pelo menos na falta de outra opção: em uma pesquisa realizada em fevereiro de 2012, conduzida pelo Levada Center, somente 14% dos entrevistados disseram achar que Putin tinha as “melhores soluções para a Rússia”, porém 35% achavam que ninguém as tinha⁷. Os confrontos de maio indicaram que o silêncio poderia ser o prenúncio de um novo e mais perigoso *tsunami*. A opinião está se voltando contra Putin e o personalismo. Em uma pesquisa realizada pelo Levada Center em outubro de 2011, cerca de 68% dos entrevistados já diziam que os interesses dos detentores do poder e da sociedade em geral não coincidiam, enquanto somente 24% afirmavam o contrário⁸. Em uma pesquisa em março de 2012, somente 5% disseram que aqueles que estavam no poder “estavam preocupados com o bem estar das pessoas comuns”. Apenas 19% disseram que as autoridades “estavam

preocupadas com os interesses do país”, enquanto 63% afirmaram que as autoridades estavam preocupadas com seus próprios interesses, com seus desejos de manter o poder e com a defesa de grandes interesses corporativos. Somente 23% tinham uma opinião positiva da equipe dominante⁹. Em uma pesquisa no final de dezembro de 2011, cerca de 61% estavam certos de que 2012 não seria um ano tranquilo e relataram sentimentos de mau presságio. Quase 21% achavam que a Rússia iria sofrer um golpe de Estado, enquanto 56% disseram que uma nova agitação era possível¹⁰.

O regime já perdeu o apoio de importantes grupos sociais e poderá perder ainda mais à medida que os problemas econômicos e fiscais se acumulam. “Nenhuma mudança e nenhuma estabilidade” é uma situação precária para qualquer liderança. Entretanto, o ato final do regime pode levar algum tempo e exigir mais do que várias ondas de protesto. Ainda há grupos poderosos, tanto na elite como nos níveis populares, interessados em preservar o sistema, em geral, e o poder dos parceiros de Putin, em particular. Esses grupos incluem não só interesses comerciais, mas também os “liberais do sistema” (que podem ter seus problemas com ele, mas que, ainda assim, o servem), bem como a tradicional população industrial soviética, que conta com o Estado para sobreviver.

Se o apego pessoal de Putin ao poder não for mais sustentável, seu grupo poderá concordar com sua saída voluntária e com uma remodelação da liderança – ou poderá haver um golpe de Estado. O sistema personalista é mais profundo do que o regime atual e uma mudança entre os cargos mais altos poderá permitir que a situação se estenda por mais algum tempo. Mesmo entre manifestantes e intelectuais, pode-se detectar um anseio por uma liderança carismática e um novo salvador. A morte do sistema que sufoca a Rússia há séculos poderá ser um processo longo e dramático.

São três os pilares remanescentes desse sistema. O primeiro é a mentalidade neoimperial da Rússia como um superpoder, a qual se

mantém influente no interior da classe política e entre alguns segmentos da sociedade. Putin e sua equipe se aproveitam disso, enfatizando o papel global da Rússia, a percepção de Moscou de que é necessário espalhar sua influência pelas regiões pós-soviéticas, a criação da União Eurasiana, a indivisibilidade da Federação Russa e a suposta necessidade de manter sob sua tutela, como protetorados de fato, suas regiões “estrangeiras” (como o norte do Cáucaso).

O segundo pilar é uma forma militarista de estadismo que aponta para a existência de ameaças reais ou (mais frequentemente) imaginadas à Rússia, a fim de legitimar a subjugação da sociedade. A meta de Putin de uma “nova industrialização” baseada no complexo militar-industrial é esse antigo modelo disfarçado com uma nova aparência.

O terceiro pilar é a apreensão dos governos ocidentais que preferem uma Rússia estável, ainda que não democrática, a uma Rússia em vias de mudanças imprevisíveis. A aprovação tácita do Ocidente, ou pelo menos sua aceitação, é uma fonte significativa de legitimidade para o regime de Putin – ainda mais quando ele observa o esfacelamento de sua legitimidade doméstica. O fato de os governos ocidentais que enfrentam seu próprio desconforto e perturbação não terem mais estômago para uma turbulência na Rússia não é nenhuma surpresa. Todavia, o Ocidente, com seu silêncio e passividade, está ajudando indiretamente (e, em alguns casos, diretamente) o “sistema russo” a parecer civilizado, complicando, dessa forma, o caminho da Rússia rumo a uma democracia liberal¹¹.

A única maneira de se transformar o sistema russo em algo mais democrático é eliminar a velha tríade formada por personalismo, união dessa forma de poder com interesses comerciais e pelas ambições neoimperiais. Uma poderosa pressão da sociedade será necessária. Os agentes políticos e sociais prontos para exercer esse tipo de pressão contínua e organizada ainda não apareceram. Todavia, os indícios que temos testemunhado na sociedade nos últimos meses nos dão a esperança de que os agentes da mudança possam surgir em um

futuro não tão distante. Eles poderão surgir entre os níveis intermediários da elite intelectual, dos meios de comunicação e do meio empresarial, particularmente em setores fortemente ligados à *expertise* e à inovação, e entre as pessoas mais jovens – aquelas mais distantes do passado soviético. Até recentemente, as constantes medidas repressivas e campanhas difamatórias do Kremlin impediam a oposição de ganhar força. Hoje, no entanto, está começando a parecer mais provável que esses esforços do regime saiam pela culatra, despertando uma resistência maior e mais ampla em resposta e incitando a sociedade a forçar a abertura de um espaço mais autônomo para além do alcance do controle do Estado.

No entanto, mesmo que os agentes da mudança apareçam e se preparem para a luta, a Rússia enfrentará outro problema. Tanto entre as elites como nos níveis populares, o país está repleto de grupos poderosos que se beneficiam do sistema existente e que deverão lutar por ele. Além disso, as elites pós-comunistas formaram um sistema que deliberadamente carece de meios constitucionais e políticos para resolver conflitos e impasses. Isso levanta a possibilidade preocupante de que a “batalha” pelo futuro do sistema poderá ser menos metafórica e institucional, e mais literal e travada nas ruas. Por isso, há um estreito laço entre o grupo dominante e os serviços de segurança. As esperanças da realização de uma “transição pactuada” entre os pragmáticos do sistema e a oposição parecem sombrias diante dessa circunstância¹². A revolução poderá ser a única resposta à pergunta sobre como afastar os grupos que procuram tirar proveito do Estado e reestruturar o sistema de modo que ele fique aberto a novos interesses. As frustrações oriundas da falsa liberalização e de esforços superficiais para uma mudança trivial poderão tornar esse processo revolucionário mais intenso e violento do que poderia ser.

A Rússia está agora em uma corrida contra o tempo. Caso uma verdadeira alternativa ao atual regime não surja nos próximos cinco ou dez anos, o sistema poderá simplesmente começar a se desintegrar.

Isso complicaria as tentativas de se criar novas regras baseadas em princípios liberal-democráticos. A queda espontânea do velho sistema e o descontentamento público poderá provocar uma repetição de 1991 e fazer com que o sistema personalista se reestruture dentro de uma nova embalagem. Seja como for, o fim do sistema russo está em marcha acelerada e a classe política e a sociedade não têm muito tempo para encontrar saídas pacíficas para o atual impasse antes que o sistema comece a se desfazer.

Hoje, existe algo novo no horizonte político russo: um sentimento, compartilhado por amplas camadas da sociedade, de que o personalismo não tem futuro. O putinismo, como um estilo de liderança e um tipo de regime com alguma esperança de legitimidade, está morto, mas ainda não se foi. O problema é como fazer com que ele seja enterrado com segurança junto com a estrutura institucional que ele incorpora.

NOTAS

1. Os artifícios que as comissões eleitorais dirigidas pelo Kremlin usaram para assegurar a vitória da Rússia Unida incluíam votação fraudulenta, adulteração dos resultados, uso de “carrosséis” (pessoas pagas para irem de uma seção eleitoral à outra e votar na Rússia Unida), adição de “pessoas falecidas” às listas de votantes e uso da polícia para afastar os observadores independentes dos locais de votação.

2. Veja a página www.novayagazeta.ru/topics/12.html.

3. Veja as entrevistas dos peritos independentes Dmitri Oreshkin e Alexander Kynev sob o título “In reality Putin did not Win” (“Na Realidade, Putin Não Ganhou”), na página www.svobodanews.ru.

4. De Vladislav Inozemtsev, “Neo-Feudalism Explained”, *American Interest* 6 (Março-Abril de 2011): 73. As agências russas de pesquisa de opinião também deixaram de detectar o aumento do descontentamento – os entrevistados nem sempre diziam a verdade quando lhes perguntavam como se sentiam com relação às autoridades. Um especialista chegou à conclusão de que o regime de Putin é resistente e de que os russos são despreparados para a dissidência porque os mais propensos a protestar haviam deixado o país ou se organizado de forma dispersa na

internet.. Ver de Ivan Krastev, “Paradoxes of New Authoritarianism”, *Journal of Democracy* 22 (Abril de 2011): 15.

5. Segundo as pesquisas realizadas pelo Levada Center, a maioria dos manifestantes se identificou como especialistas técnicos, gerentes de nível médio, jornalistas ou estudantes. Entrevista com Lev Gudkov, “Dissatisfaction with Authorities Is Intensifying” (“A Insatisfação com as Autoridades Está Aumentando”), *Izvestia*, 6 de março de 2012.

6. Medvedev propôs modificar as leis dos partidos políticos para facilitar o registro deles. Todavia, o mesmo pacote de modificações proposto continha também disposições destinadas a fragmentar e enfraquecer ainda mais a oposição, multiplicando o número de minúsculos partidos sem qualquer expressão, dificultando a formação de coalizões e mantendo fortes controles estatais sobre as atividades partidárias. Ele também sugeriu a ideia de eleições governamentais que seriam diretas, embora rigorosamente “filtradas”, para excluir candidatos independentes.

7. Veja a página www.levada.ru/24-02-2012/vybory-prezidenta-dopolnenie-k-prezentatsii-chast-1-mitingi-protesta-i-v-podderzhku-vputi.

8. Veja a página www.levada.ru/17-11-2011/o-pravakh-cheloveka-interesakh-vlasti-i-obshchestva-v-rossii. Cerca de 44% dos entrevistados apoiavam os protestos de Moscou; 46% disseram que a principal razão para os protestos “foi o fato de o Estado não respeitar os direitos das pessoas”; e 54% concordaram que as autoridades haviam transformado o voto popular em um “processo para se perpetuarem no poder”. Veja Georgy Ilichev, “The December Folks,” *Novaya gazeta*, 11 de Janeiro de 2012. Veja a página www.levada.ru/19-12-2011/moskvichi-ob-oppozitsii-i-aktsiyakh-protesta-vystu-pleniyakh-v-podderzhku-edinoi-rossii. Em uma pesquisa realizada em março de 2012, somente 15% dos entrevistados disseram que acreditavam que as eleições presidenciais foram justas. Veja também a página www.levada.ru/04-04-2012/rossiyane-o-chestnosti-proshedshikh-vyborov-i-dvizhenii-liga-izbiratelei.

9. Veja a página www.levada.ru/03-04-2012/rossiyane-o-politicheskom-rezhime-i-lyudyakh-kotorym-prinadlezhit-vlast.

10. Veja a página www.levada.ru/29-12-2011/chego-ozhidayut-rossiyane-v-nastupayushchem-godu.

11. Os liberais russos estão se tornando abertamente críticos da principal abordagem ocidental ao regime russo: “Paris e Berlim são sólidas defensoras de Putin. A política

de Obama para a Rússia é muito mais vantajosa para Putin e seu círculo interno do que [era] a do ex-presidente americano Bush”; de Vladimir Ryzhkov, “Replace Jackson-Vannik with the Magnitsky Act,” *Moscow Times*, 20 de março de 2012.

12. O processo de potencial dissidência dentro do grupo de Putin pode já ter começado. O ex-ministro da fazenda, Alexei Kudrin, tornou-se um crítico ferrenho do sistema. “Precisamos de liberdades políticas e concorrência política”, declarou ele. Mas, ao mesmo tempo, ele salientou que “o processo deverá ser evolucionário”. Veja a página <http://akudrin.ru/news/bazovye-nashi-nedostatki-lechatsya.html>. Essa retórica mostra que os “liberais do sistema” ainda não estão prontos para deixar o barco do governo; daí, seu papel nos futuros acontecimentos ser ainda indefinido. Sua hesitação poderá impedir o processo de transformação.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>